

RELATÓRIO ANUAL DA
AVALIAÇÃO E DA AUDITORIA

2012



Ficha técnica

Título:

Relatório Anual da Avaliação e da Auditoria

Edição:

Gabinete de Avaliação e Auditoria
Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
Ministério dos Negócios Estrangeiros

Data:

Abril 2013

Contacto:

Av. da Liberdade, 192, 6º 1250-147 Lisboa
Tel. (351) 21 317 67 00

Website:

www.instituto-camoes.pt/

ÍNDICE

ACRÓNIMOS	4
PREFÁCIO.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
1. AVALIAÇÃO.....	6
1.1 LIÇÕES APRENDIDAS	7
1.2 ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO	9
1.3 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	10
1.4 ACOMPANHAMENTO E SEGUIMENTO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO.....	10
1.5 PARTICIPAÇÃO NOS FORA INTERNACIONAIS	12
1.6 PRODUÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE AVALIAÇÃO.....	12
1.7 AVALIAÇÕES CONCLUÍDAS EM 2012.....	13
2 AUDITORIA INTERNA	15
2.1 ATIVIDADES DE AUDITORIA.....	15
3 RECURSOS DISPONÍVEIS.....	16
3.1 RECURSOS FINANCEIROS	16
3.2 RECURSOS HUMANOS.....	16
ANEXOS	17
ANEXO 1 – MTR DE PORTUGAL.....	17
ANEXO 2 – FICHAS DO CONTRADITÓRIO E DE SEGUIMENTO.....	21

ACRÓNIMOS

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

Camões, IP - Camões, Instituto da Cooperação e da Língua

CV – Cabo Verde

DNAPEC – Direção Nacional de Assuntos Políticos e de Cooperação, Cabo Verde

GAA – Gabinete de Avaliação e Auditoria

GSENEC – Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

IC – Instituto Camões

IDEAS - International Development Evaluation Association

IP - Instituto Público

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPDET – International Program on Development Evaluation Training

MIREX - Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde

MTR – Mid-Term Review

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIC – Programa Indicativo de Cooperação

QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

SCI – Sistema de Controlo Interno

TdR – Termos de Referência

UE – União Europeia

Prefácio

Este é o primeiro relatório anual do Gabinete de Avaliação e Auditoria do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, IP). Sintetiza as atividades de avaliação e auditoria realizadas durante 2012, ano em que foi criado o Camões, IP, resultante da fusão entre o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e o Instituto Camões (IC). Marca, assim, o início de um novo período para as áreas da cooperação portuguesa e da difusão da língua e cultura portuguesas.

O ano de 2012 ficou igualmente marcado por outros acontecimentos que, direta ou indiretamente, tiveram (e continuarão a ter) repercussões no futuro do Camões, IP. Desde logo, a forte crise económica e financeira, com as restrições orçamentais a limitarem as verbas disponíveis para as atividades de cooperação e promoção da língua e cultura portuguesas, obrigando a uma gestão ainda mais rigorosa e a uma tomada de decisões assente em critérios de relevância, eficiência e eficácia. A avaliação e a auditoria podem, e devem, ter aqui um importante papel não só de aprendizagem organizacional mas, também, de prestação de contas e responsabilização pela utilização dos recursos públicos.

Em matéria de cooperação para o desenvolvimento, 2012 ficou marcado por dois acontecimentos que, ainda que distintos, influenciarão o futuro da cooperação portuguesa e o papel da avaliação. O primeiro decorreu no final de 2011, em Busan, com a subscrição por parte de Portugal da Parceria de Busan. O segundo, em dezembro de 2012, foi a Revisão a Meio Percurso do CAD à cooperação portuguesa.

No que ao GAA diz respeito, 2012 marca também o início de novos desafios. Por um lado, é necessário alargar o campo de avaliação estendendo-o à língua e cultura portuguesas o que constitui um desafio metodológico. Por outro, na avaliação da cooperação portuguesa, os compromissos de Busan implicam continuar a apostar na parceria ao nível das estruturas de gestão das avaliações e das equipas de avaliação, com o objetivo de desenvolver a capacidade de avaliação nos países parceiros. Na auditoria, os principais desafios passam por reforçar as competências dos técnicos do GAA e apoiar o sistema de controlo interno do Camões, IP, numa ótica de gestão eficiente e eficaz dos recursos.

Procuraremos apoiar o Camões, IP, nos domínios da língua e cultura e da cooperação portuguesa, no processo de aprendizagem organizacional e na promoção da eficácia da sua atuação, melhorando o trabalho de avaliação e auditoria e reforçando a relevância, transparência e utilidade destas duas ferramentas.

Manuela Afonso
Chefe do GAA

INTRODUÇÃO

O Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA) é a unidade orgânica que tem a seu cargo a avaliação e a auditoria de todas as atividades prosseguidas pelo Camões, IP, ou pelas quais este Instituto tenha responsabilidade, nomeadamente a avaliação de toda a cooperação portuguesa.

A avaliação e a auditoria interna são funções fundamentais visto que, através delas e das suas sinergias, é possível potenciar a aprendizagem sobre as atividades do Instituto e contribuir para o aumento da sua eficácia e do seu impacto. Além disso, contribuem para a melhoria contínua do desempenho e para o alcançar dos resultados. Finalmente, permitem garantir a responsabilização pela forma como foram geridos os recursos do erário público.

O presente relatório abrange as atividades de avaliação e auditoria desenvolvidas no decorrer do ano de 2012. O seu objetivo é, não só, sistematizar a informação disponível como, também, sintetizar os resultados e as constatações resultantes da atividade do GAA que poderão contribuir para promover a partilha de conhecimento e acrescentar valor às atividades do Camões, IP.

1. AVALIAÇÃO

Na sequência da fusão do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e do Instituto Camões (IC) num novo instituto, o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, o Camões, IP, herdou as atribuições e competências dos dois institutos antecessores juntando, pela primeira vez, duas áreas distintas de atuação externa, a cooperação para o desenvolvimento e a promoção da língua e cultura portuguesas, as quais, em alguns aspetos, podem ser complementares e reforçar-se mutuamente.

A avaliação era uma atribuição do IPAD mas estava ausente na orgânica do IC. O ano de 2012 é, assim, o início de um novo ciclo em matéria de avaliação pelos desafios que se colocam ao alargar o objeto e campo de análise da avaliação. É, também, o primeiro ano após a assinatura da parceria de Busan, com desafios acrescidos em matéria de eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Por isso, este relatório faz um balanço das lições aprendidas nos últimos cinco anos (2008-12) na avaliação da cooperação portuguesa.

1.1 Lições Aprendidas

1ª Lição: Reforçar a capacidade de liderança e coordenação do Camões, IP

Apesar dos progressos alcançados, persiste alguma indefinição e falta de orientação por parte do instituto coordenador da cooperação portuguesa, sobretudo relativamente ao que é estratégico, conduzindo a uma profusão de intervenções assim como a alguma falta de articulação interna que condiciona o respetivo papel de liderança e coordenação da cooperação portuguesa.

Face ao carácter algo disperso da cooperação portuguesa, é crucial garantir a existência de mecanismos de coordenação que contribuam diretamente para uma execução eficaz. Na maior parte das intervenções avaliadas, detetou-se descoordenação entre os vários executores e o ex IPAD, o que prejudicou a implementação. A ausência de um quadro bem definido de competências entre o organismo coordenador e os ministérios setoriais terá contribuído para essa realidade.

O Camões, IP, deve definir claramente as opções estratégicas, em articulação com os países parceiros da Ajuda e, complementarmente, dar essas indicações aos setores e à sociedade civil. Melhorar a articulação institucional entre todos os atores portugueses na fase da conceção e execução das intervenções da cooperação; reforçar a capacidade de coordenação ao nível do “projeto”; e, reforçar a produção e partilha de conhecimento surgem como aspetos a aprofundar.

2ª Lição: Reforçar os mecanismos de conceção, acompanhamento e avaliação

Os mecanismos de conceção, acompanhamento e avaliação das intervenções da cooperação portuguesa têm vindo a ser aperfeiçoados nos últimos anos. Contudo, importa desenvolver e aprofundar uma gestão centrada nos resultados. Das avaliações sobressai que, por regra, os projetos/programas que obtiveram uma maior taxa de execução foram aqueles que dispunham de fichas de projeto mais detalhadas (identificação clara dos objetivos a atingir, dos indicadores e metas) e que tiveram um acompanhamento mais regular.

Encetados os primeiros passos na gestão centrada nos resultados, é preciso investir de forma mais enérgica nesta matéria, o que significa definir objetivos claros, indicadores, metas e *baselines* que permitam acompanhar a implementação, quer dos PIC, quer das intervenções. Na maioria das avaliações realizadas verificou-se a ausência de indicadores com metas claramente definidas e alguma dificuldade ao nível da obtenção da informação necessária para a avaliação dos efeitos e impactos das intervenções, o que revelou ser um fator limitador para a profundidade de análise pretendida.

Uma gestão por resultados pressupõe a criação de um “sistema de informação” e um acompanhamento eficaz, que permitam uma boa execução, traduzindo-se, em última instância, no aumento da eficácia da ajuda e em resultados no desenvolvimento dos parceiros. Acresce que o sistema de informação é potenciador da transparência, *fator* muito importante para gerar confiança entre todos os atores da cooperação e nos parceiros. O sistema de informação e o acompanhamento facilitam, ainda, a tarefa da avaliação, isto é, quanto melhor forem, melhores serão os resultados da avaliação.

3ª Lição: Explorar novos instrumentos/mecanismos de cooperação

A cooperação portuguesa deve explorar novos mecanismos, modalidades e instrumentos de ajuda, que lhe permitam alcançar de forma mais eficaz e eficiente os seus objetivos. Reforçar o apoio direto ao orçamento, sempre que as condições o permitam, potenciar a cooperação triangular, sempre que solicitada, e implementar abordagens sectoriais integradas, poderão ser formas de aumentar a eficácia da ajuda portuguesa.

4ª Lição: Aumentar a previsibilidade da ajuda

A previsibilidade da ajuda está, entre outras, ligada à plurianualidade do orçamento. Sabe-se que o Orçamento de Estado português ainda não permite este tipo de orçamentação, embora tenha havido já várias tentativas nesse sentido. No entanto, aquando da programação da ajuda importa ser mais rigoroso e disponibilizar a informação clara ao decisor político, em relação aos montantes necessários nos anos subsequentes (compromissos). Esta questão é importante para a boa execução dos programas e, consequentemente, para a eficácia da ajuda.

A previsibilidade cruza também com a apropriação. É muito importante que o país parceiro saiba claramente o montante do “envelope financeiro” global, discriminado por linhas de ajuda prioritárias, com um horizonte temporal de pelo menos 3 anos, para que os possa incluir no seu orçamento nacional.

5ª Lição: Reforçar a descentralização da cooperação portuguesa

Terreno é a palavra-chave para uma eficiência e eficácia acrescidas. A transferência de poder de decisão para o terreno, seja através da criação das delegações da cooperação ou de outra estrutura sustentada e com maior autonomia, nos seis principais países parceiros, permitiria agilizar a capacidade de identificação e conceção dos programas de cooperação, respetiva gestão e avaliação numa ótica de gestão centrada nos resultados e de metodologias conjuntas e participativas.

O reforço da representação local contribuiria para aumentar a articulação e a coordenação entre as intervenções da cooperação portuguesa e, ainda, com os outros doadores. Nas avaliações constata-se que, nos casos em que há coordenador local das intervenções e em que a Embaixada tem um papel mais ativo, os resultados tendem a ser melhores. A inexistência de mecanismos que garantam a coordenação eficaz de todas as intervenções da cooperação portuguesa continua a ser uma lacuna constatada pelas avaliações. Em muitas intervenções avaliadas verificou-se descoordenação entre executores e ex IPAD, ao nível do terreno.

6ª Lição: Pensar as intervenções de capacitação de forma mais estruturada

O desenvolvimento de capacidades institucionais é uma área em que, quer pela língua e matriz jurídica comuns, quer pela capacidade, a cooperação portuguesa detém mais-valias quando comparada com outros doadores.

Apesar dos resultados positivos na criação de capacidades locais, é preciso investir mais na implementação estruturada das intervenções relacionadas com o desenvolvimento de capacidades nos países parceiros. A maior parte dos casos analisados não incluíram ações de assistência técnica que garantissem a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos com as formações ministradas, nem foram acompanhadas pela

realização de assessorias aos ministérios sectoriais envolvidos. Por outro lado, as ações de formação realizadas em Portugal revelaram-se, em muitos casos, desadequadas ao contexto de origem dos formandos e com impacto muito limitado, dado o reduzido número de formandos abrangidos.

7ª Lição: Reforçar o envolvimento dos países parceiros

Apesar de as intervenções da cooperação portuguesa corresponderem, regra geral, às prioridades identificadas pelos países parceiros, ainda há trabalho a fazer para reforçar o seu envolvimento na implementação e gestão das intervenções. Sem esse envolvimento, a apropriação fica seriamente comprometida. Garantir o envolvimento efetivo das autoridades locais é destacado em algumas avaliações, chamando mesmo a atenção para a necessidade de se criarem mecanismos conjuntos de acompanhamento e avaliação.

8ª Lição: Garantir a apropriação e a sustentabilidade das intervenções

A apropriação é considerada um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento e está intimamente ligada à sustentabilidade. Quanto maior for a primeira, maior é a probabilidade de aumentar a segunda. Assim sendo, é muito importante que as intervenções as tenham presente nas fases de conceção e implementação. A maioria das intervenções avaliadas demonstra pouca preocupação nesta matéria.

A sustentabilidade das intervenções da cooperação portuguesa nos países parceiros, nomeadamente ao nível financeiro, e especialmente no que diz respeito aos países que se encontram em situação de fragilidade, deve ser pensada a muito longo prazo, nunca menos de 20/30 anos.

A sustentabilidade ao nível técnico, igualmente importante, está intimamente ligada à cogestão e responsabilização mútua pela implementação e pelos resultados das intervenções. Apropriação e *accountability* estão interligadas. A partir do momento em que os beneficiários diretos passam a ser “donos” das intervenções sentem-se mais responsáveis e a prestação de contas é algo que decorre de uma forma natural.

Ainda ligada à sustentabilidade, sobressai a necessidade de considerar sistematicamente a gestão do risco, tanto no âmbito dos PIC quanto dos projetos, nomeadamente no contexto de Estados frágeis.

9ª Lição: Reforçar a abordagem Bi/Multi

As abordagens bilateral e multilateral podem potenciar-se mutuamente. A tradição da cooperação portuguesa nesta área não tem sido muito produtiva, ainda que com algumas melhorias nos últimos anos. Deve ser feita uma análise da complementaridade, evitando redundâncias, entre a cooperação bilateral e a cooperação multilateral. Na ação em instâncias multilaterais, Portugal deve ter um papel mais ativo, que traduza efetivamente o seu conhecimento do “terreno”.

1.2 Atividades de Avaliação

No ano de 2012, realizaram-se, no âmbito da Cooperação Portuguesa, as seguintes atividades de avaliação:

- **Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação com Cabo Verde 2008-2011:** Esta avaliação, iniciada em 2011, ficou concluída em março de 2012. Tratou-se de uma avaliação conjunta com a contraparte cabo-verdiana.
- **Avaliação temática: A cooperação portuguesa com os Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP (2002-2012).** Esta avaliação, apesar de os TdR terem sido elaborados e aprovados, não foi iniciada, por indeferimento do Ministério das Finanças do pedido de autorização para abertura de concurso.
- **Mid-Term Review do CAD a Portugal:** o GAA assegurou o seguimento das recomendações formuladas pelo Exame do CAD à cooperação portuguesa (2010), procedeu ao envio da documentação relevante para o CAD e elaborou a agenda de reuniões da revisão a meio percurso, a qual teve lugar no dia 17 de dezembro (anexo 1).

Quadro 1 – Atividades de avaliação realizadas em 2012

Atividade	Conclusão
Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação com Cabo Verde (2008-2011)	Mar.12
Avaliação da cooperação portuguesa com os Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP (2002-2012)	-
MTR CAD a Portugal	17 dez. 12

1.3 Comunicação e Divulgação

A comunicação e a divulgação dos resultados das avaliações são fatores fundamentais para o sucesso do processo de avaliação. O envolvimento de todos os detentores de interesse em todas as fases desse processo permite que os mesmos se revejam e apropriem dos resultados da avaliação. Igualmente importante é o garantir o acesso *on-line* dos relatórios de avaliação, o qual facilita a responsabilização pelos resultados alcançados.

Os principais canais de comunicação utilizados em todos os processos de avaliação incluem o correio eletrónico, reuniões e *workshops* de apresentação dos resultados da avaliação.

1.4 Acompanhamento e Seguimento dos Resultados da Avaliação

A fase de acompanhamento e seguimento do processo de avaliação está definido nas **Diretrizes para a Divulgação e Assimilação de Ensinaamentos da Avaliação**¹. Em 2012, foi distribuída apenas uma ficha do contraditório (quadro 2).

¹ http://c1.camo.es.cloudapp.pt/images/cooperacao/docs_basico_aval07.pdf

Quadro 2 – Fichas do Contraditório

Ficha do Contraditório	Envio
Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação com Cabo Verde (2008-2011)	Abr. 12

Quanto às fichas de seguimento, foram enviadas as que constam no quadro 3.

Quadro 3 – Fichas de Seguimento

Ficha de Seguimento	Envio
Avaliação da cooperação no setor da Justiça	Dez. 11
Avaliação da Cooperação Portuguesa no Setor da Justiça com os PALOP	Fev. 12
Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação com Angola (2007-2010)	Set. 12
Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação com Timor-Leste (2007-2010)	Set. 12
Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação com São Tomé e Príncipe (2007-2010)	Dez. 12

A análise do nível de aceitação das recomendações e da sua efetiva implementação é realizada tendo por base as fichas do contraditório e de seguimento (anexo 2). Contribui para compreender a relevância e utilidade dos resultados das avaliações.

A análise incidiu apenas sobre as recomendações destinadas à cooperação portuguesa, dado que as fichas enviadas aos parceiros locais não foram devolvidas². Acresce que apenas foram tidas em consideração as recomendações que obtiveram resposta por parte dos seus destinatários. Assim, quanto ao nível de aceitação das recomendações constatou-se que 53,8% foram aceites (quadro 4).

Quadro 4 – Nível de Aceitação das Recomendações

Avaliação	Aceites		Parcialmente aceites		Não aceites		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação com Cabo Verde (2008-2011)	7	53,8%	5	38,5%	1	7,7%	13
Total	7	53,8%	5	38,5%	1	7,7%	13

No que diz respeito ao nível de implementação das recomendações concluídas em 2011, verificou-se que 60,4% das recomendações que tinham sido aceites foram implementadas, enquanto 26,4% não o foram implementadas e 13,2% só o foram parcialmente (quadro 5).

² Urge refletir sobre formas alternativas de comunicar com os parceiros, de fazê-los participar não só nas avaliações mas também no seguimento das suas recomendações.

Ao nível estratégico, é de referir que o uso dos resultados das avaliações é visível na elaboração dos novos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) – Moçambique e Cabo Verde. No plano institucional, o nível de implementação das recomendações das avaliações é um indicador do QUAR do Camões, IP.

Quadro 5 – Nível de Implementação das Recomendações

Avaliação	Implementadas		Parcialmente Implementadas		Não implementadas		Total
Avaliação da Cooperação Portuguesa no Sector da Justiça com os PALOP (2000-2009)	7	58,3%	2	16,7%	3	25,0%	12
Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação com Angola (2007-2010)	13	65,0%	2	10,0%	5	25,0%	20
Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação com Timor-Leste (2007-2010)	12	57,1%	3	14,3%	6	28,6%	21
Total	32	60,4%	7	13,2%	14	26,4%	53

1.5 Participação nos Fora Internacionais

Os principais *fora* internacionais relacionados com a avaliação da ajuda ao desenvolvimento de que o Camões, IP, faz parte são a Rede de Avaliação do CAD e o Grupo dos Chefes dos Serviços de Avaliação da UE. Além disso, é membro da *European Evaluation Society* (EES) e da *International Development Evaluation Association* (IDEAS), o que possibilita o acesso a informação relevante no domínio da avaliação, a aprendizagem e partilha de conhecimentos e o estar a par das suas principais tendências atuais.

Durante 2012, face às mudanças ocorridas ao nível institucional, por um lado, e, por outro, aos constrangimentos orçamentais, o GAA fez-se representar nas reuniões da Rede de Avaliação do CAD pela Missão Permanente de Portugal junto da OCDE, tendo enviado os contributos necessários para o efeito.

No âmbito da IDEAS, o GAA continuou a participar no *IDEAS Thematic Interest Group* (ITIG) sobre Utilização das Avaliações.

1.6 Produção de documentação técnica sobre avaliação

Em 2012, foram produzidos quatro documentos técnicos que procuram aprofundar teórica e metodologicamente a temática e a prática da avaliação e contribuir para o debate sobre esta temática:

- *Eficiência: Análise e Metodologias* (Documento de Trabalho nº 7)
- *A avaliação conjunta da Declaração de Paris* (Apontamento nº 3)
- *Avaliação do Impacto: Breve Introdução*

- *Da eficácia da ajuda à eficácia do desenvolvimento: contributo para uma leitura*

1.7 Avaliações Concluídas em 2012

AVALIAÇÃO CONJUNTA DO PIC DE CABO VERDE (2008-2011)

Realizada por: Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e autoridades cabo-verdianas (DNAPEC/MIREX)

O Programa Indicativo de Cooperação entre Portugal e Cabo Verde estipula os eixos estratégicos de cooperação entre os dois países, procurando contribuir para o reforço das capacidades locais e promover o desenvolvimento equilibrado de Cabo Verde. Esse programa abrangeu o período entre 2008 e 2011 e, em termos financeiros ascendeu a cerca de 188.983.207 milhões de euros.

Objetivo

Apreciar a coerência do PIC e sua consistência com a Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (ECRP) de Cabo Verde; apreciar o grau de cumprimento dos resultados esperados; identificar eventuais ajustamentos dos projetos, tendo em atenção os resultados e os efeitos pretendidos; analisar o contributo da Cooperação Portuguesa para o reforço de capacidades, tendo em atenção a sustentabilidade dos projetos e programas; e, identificar constrangimentos e propor formas de os superar no quadro da elaboração do novo ciclo de programação.

Conclusões

O PIC foi alinhado com o DECRP II, apresentando melhorias em relação ao PIC anterior principalmente no que diz respeito à afetação dos recursos disponíveis, à reestruturação dos eixos e áreas prioritárias e ao desenvolvimento de instrumentos de gestão e apoio às atividades de cooperação. Introduziu modalidades e instrumentos inovadores, nomeadamente, o apoio ao orçamento, a abordagem bi-multi e o cluster.

Foram identificadas algumas lacunas aquando da preparação do PIC, nomeadamente, a ausência de *baseline* e metas em termos de *outcomes*, o que dificultou o processo de avaliação. O envolvimento dos ministérios setoriais foi, na maior parte dos casos, diminuto, traduzindo-se, sobretudo, no fornecimento de informação. Ao nível da programação, foi possível constatar que, apesar de esta continuar a ser realizada anualmente, houve alguns progressos no sentido de uma maior previsibilidade da ajuda. Apesar da criação de indicadores globais e sectoriais e de instrumentos de gestão para o acompanhamento da implementação do PIC continua a verificar-se a necessidade de melhorar estes indicadores e o acompanhamento.

Ao nível da coordenação e complementaridade/harmonização da Ajuda, embora se tenham registado progressos significativos, quando comparados com outros países parceiros, há ainda trabalho a desenvolver quer entre as duas estruturas coordenadoras (DNAPEC e Ministério das Finanças), quer entre a DNAPEC e os ministérios setoriais. Da mesma forma, há espaço para melhorias na coordenação entre Portugal e Cabo Verde e entre doadores.

Globalmente, o PIC foi relevante e a eficácia global positiva. A avaliação feita pelos diversos setores cabo-verdianos foi bastante satisfatória em termos de resultados. Em termos de eficiência, há espaço para

melhorias no futuro. Apesar dos constrangimentos inerentes à natureza da avaliação, foi possível identificar efeitos ao nível institucional, resultantes do apoio da Cooperação Portuguesa, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de capacidades. O sucesso deste apoio foi tanto maior quanto mais clara foi a estratégia de intervenção e os mecanismos de acompanhamento e coordenação foram claros e operacionais. Também no apoio ao desenvolvimento sociocomunitário se registaram resultados positivos diretos na luta contra a pobreza.

Portugal deu um importante contributo à estruturação e consolidação do ensino superior em Cabo Verde. A lógica de intervenção de um Cluster faz todo o sentido, apresentando grandes potencialidades. Porém, na realidade, em Cabo Verde não foi implementado como tal, não se tendo diferenciado, na prática, da tradicional abordagem projeto. As linhas de crédito foram muito importantes para apoiar a construção de infraestruturas consideradas indispensáveis para o desenvolvimento de Cabo Verde. Apesar disso, é prematuro identificar efeitos, dado as obras terem terminado recentemente ou ainda estarem em curso. A abordagem bi-multi pode constituir-se como um importante instrumento de harmonização e diálogo entre doadores.

Recomendações da avaliação

Tendo em consideração as conclusões apresentadas no relatório de avaliação, a equipa de avaliação salientou que ao nível estratégico:

1. No próximo Programa de Cooperação com Cabo Verde deve haver uma alteração qualitativa, no sentido de uma programação com objetivos e indicadores de *outcome*, devendo ser definidas metas a alcançar.
2. A programação deve continuar numa base plurianual, alinhada com o documento de estratégia de Cabo Verde.
3. Encontrar uma forma de reduzir a dispersão, no sentido de aumentar a eficácia do apoio ao desenvolvimento.
4. Reforçar a liderança do Instituto na coordenação da cooperação em todas as suas fases, a qual passa necessariamente por: (i) criar um sistema de informação; (ii) fortalecer o papel dos serviços de cooperação no terreno ao nível da capacidade de decisão; e (iii) revitalizar a CIC e o Fórum da Cooperação, colocando-os ao serviço da eficácia do desenvolvimento.
5. No processo de elaboração do próximo PIC deve haver um envolvimento mais ativo e atempado dos diversos atores da Cooperação Portuguesa.
6. A DNAPEC deve aprofundar a articulação com todos os setores, devendo promover reuniões regulares de articulação entre instituições e afinar a comunicação na implementação das intervenções.
7. Cabo Verde deve exercer uma verdadeira liderança na coordenação da Ajuda dos diversos parceiros.

Para o nível operacional e áreas de intervenção a equipa de avaliação fez, também, um conjunto de recomendações.³

³ Para uma leitura de todas as recomendações, ver a Ficha do Contraditório no Anexo 2 A.

2 AUDITORIA INTERNA

2.1 Atividades de Auditoria

Em 2012, o GAA participou ativamente na reflexão e elaboração de algumas ferramentas de gestão que poderão dar um contributo significativo e decisivo para o aumento da eficácia operacional do Camões, IP:

- **Elaboração do Plano de Gestão do Risco do Camões, IP:** foi elaborado o Plano de Gestão do Risco para o período de 2013 a 2015. Para o efeito, foi constituído um grupo de trabalho com representantes de todas as unidades orgânicas. O GAA funcionou como facilitador e realizou reuniões com todas as unidades orgânicas para as ajudar na identificação dos riscos relativos à sua área de atividade. Com base na informação coligida o GAA elaborou o Plano, pô-lo à consideração do grupo de trabalho e enviou-o para aprovação do Conselho Diretivo.
- **Participação no Grupo de Trabalho de acompanhamento do QUAR do Camões, IP:** no âmbito deste grupo de trabalho, o GAA contribuiu para a elaboração dos QUAR de 2012 e de 2013 e avaliação do QUAR do IPAD 2011.
- **Sistema de Controlo Interno no Camões, IP:** foi dado início ao processo de estruturação do sistema de controlo interno do Camões, IP. Foi elaborado um documento com a descrição das principais características do controlo interno e com as recomendações formuladas nesta matéria pelas auditorias externas realizadas ao IPAD e ao IC. Foi feito o levantamento, junto de cada unidade orgânica, dos procedimentos a rever/elaborar dando corpo ao Manual de Procedimentos do novo instituto.

Quadro 6 – Atividades de auditoria interna realizadas em 2012

Atividade	Início	Conclusão
Plano de Gestão do Risco	Nov. 12	Dez. 12
Participação no Grupo de Trabalho de acompanhamento do QUAR do IPAD/Camões, IP	Jan. 12	Dez. 12
Sistema de Controlo Interno do CICL	Out. 12	Dez.12
Identificação das auditorias realizadas no âmbito dos PPA	Set. 12	Out. 12
Auditoria Interna ao SCI	Nov. 12	-
Acompanhamento das recomendações da auditoria da CE	Ago. 12	Dez. 12

- **Identificação das auditorias realizadas no âmbito dos PPA:** foi feita a identificação de todas as auditorias realizadas no âmbito dos PPA, tendo sido produzido um documento com o ponto de situação, o qual foi remetido para o GSENEC.

- **Auditoria ao Sistema de Controlo Interno:** foi iniciada a auditoria interna ao SCI, nomeadamente com a definição do plano de trabalho e a solicitação às unidades orgânicas de envio de informação tendo por base um questionário/*checklist*.
- **Acompanhamento das recomendações de auditorias externas:** foi feito o seguimento das recomendações formuladas pela auditoria da Comissão Europeia ao ex IPAD, tendo subjacente a necessidade de velar pela sua adaptação ao Camões, IP.

3 RECURSOS DISPONÍVEIS

3.1 Recursos financeiros

Em 2012, o orçamento inicial, que previa a realização da avaliação da cooperação com os Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP, no montante de 86.100 €, acabou por não ser executado, devido ao indeferimento, por parte do Ministério das Finanças, da realização desta avaliação. As despesas do GAA foram por isso apenas as de funcionamento corrente, na medida em que quer as atividades de avaliação, quer as de auditoria, não se traduziram na aquisição de serviços externos.

3.2 Recursos humanos

A equipa do GAA (um chefe de divisão e quatro técnicos superiores) manteve-se, já que a saída de dois técnicos superiores foi compensada com a entrada de outros dois técnicos da mesma categoria.

ANEXOS

Anexo 1 – MTR de Portugal

DAC mid-term review of Portugal: Lisbon, 17 December 2012

On 17 December I visited Portugal to conduct its mid-term review against the recommendations in the 2010 peer review. I would like to thank Prof. Ana Paula Laborinho, President of the Camões – Institute for Co-operation and Language (CICL), and her colleagues for an excellent programme of meetings and discussions. I also had the pleasure of meeting Mr. Luís Brites Pereira, Portugal's Secretary of State for Foreign Affairs and Co-operation. I found that Portugal has made progress against the 2010 recommendations and that some more work remains to be done.

While the main purpose of the mid-term review was to review progress in implementing the DAC's recommendations, we also took account of other developments since 2010. In May 2011 Portugal agreed with the European Union, the European Central Bank and the International Monetary Fund on a far-reaching reform programme to restore market confidence and raise potential growth. To meet the agreed targets, Portugal is implementing a series of structural economic reforms that are leading to cuts on public spending and adoption of austerity measures, including tax increases. One of the government programmes to reduce public spending has led to the merger of the Portuguese Institute for Development Assistance (IPAD) with the Camões Institute (which focused on language instruction), creating a new institution: *Camões - Institute for Cooperation and Language* (CICL). The new Camões is based in the Ministry of Foreign Affairs (MFA) and is tasked with coordinating development cooperation, as IPAD was before, as well as language instruction. The merger was completed in the end of 2012.

Developing new strategic orientations

The institutional merger delayed the implementation of many DAC recommendations. Since the new government came into power in June 2011, the priority of Portugal's development co-operation was to ensure a smooth integration of the two institutes, by adapting the legal framework, merging structures, moving into the same building and defining a new board of directors for *Camões*. During this process Portugal was careful to preserve the focus of its aid programme and avoid mixing language instruction and development co-operation objectives. The new institute was given the mandate to co-ordinate the entire aid programme, which is fundamental to ensure the coherence of its system.

In spite of this changing environment, Portugal made progress in developing a new strategy for its development co-operation. This strategy will build on the current one – *Strategic Vision for Portuguese Development Cooperation* (2005) – and will reflect the changes in the development co-operation landscape, the commitments endorsed at the IV High Level Forum on Aid Effectiveness, as well as the recommendations of the 2010 DAC peer review. The Secretary of State informed me that the new strategy will be guided by the principles of coherence, concentration and cofinancing. The focus on coherence and concentration responds to the 2010 recommendation of reducing the fragmentation of Portugal's co-operation programme and system.

Portugal now needs to approve the new strategy which should set out how Portugal will make use of new aid modalities beyond technical cooperation and how gender equality and environment will be mainstreamed through its aid programme. It should also reiterate that language instruction, when funded by ODA, should only be used to promote development.

As it develops its new strategy, Portugal also wants to adopt a new approach to working with NGOs and the private sector. A good starting point would be to have more clarity on what it wants to achieve with these relationships. Portugal has already established regular dialogue with civil society organisations, but it could improve it based on a joint agenda defined by the government and NGOs. With regards to NGOs, Camões is investing in building their capacity and making them more competitive in order to obtain international funding. However, it should reflect on whether this is the best way to work with NGOs to achieve development results for partner countries. With regards to the private sector, Portugal included “private sector and development” as a topic of its new strategy and Camões is participating in international discussions on this issue. These discussions may help Camões clarify the objectives and expected development results of this engagement. Responding to the DAC recommendation to evaluate the contribution of SOFID – Portugal’s development finance institution – to development and poverty reduction in partner countries could also help develop thinking further on a private sector programme.

Within the merger little attention has been given to communications. Camões has yet to develop a communications strategy that respects the distinction between its two missions: development cooperation and language instruction. In preparing a communications strategy, Camões could explore complementarities with the existing development education strategy, which has “raising public awareness” as one of its pillars. Finally, Camões could well include working with NGOs in campaigns to build public support for development cooperation as part of its NGO programme.

Policy coherence for development

The adoption of a national law on PCD in November 2010 helped to assert political commitment to PCD, but implementation has been delayed due to government and institutional changes since 2011. Now that Camões is in place, Portugal intends to accelerate its efforts by: reviewing the mandate of the Inter-ministerial Commission for Cooperation to include promotion of PCD; create a network of national focal points to share information, discuss and propose initiatives to promote coherence with development; elaborate national reports on PCD; and establish or strengthen partnerships to raise awareness about PCD. As mentioned in the last review, Portugal should pay particular attention to monitoring, analysis and reporting on incoherence of its policies with development since it has little experience in this area.

Aid volume and allocations

Despite the economic crisis, Portugal succeeded in keeping the ODA level stable in 2011. Its ODA totalled USD 708 million in 2011, reaching an ODA/GNI ratio of 0.31%. This represents a slight increase of 2.7% in real terms compared to 2010, when ODA reached USD 649 million in total and 0.29% of GNI. However, given the current budgetary pressure, Portugal’s ODA budget will most likely be cut in the next years or maintained at the 2011 level at best. This means that Portugal will not reach the 0.7% target in the near future, but as budgetary and economic conditions improve Portugal could prepare a spending plan for reaching its ODA target, embedding multi-year binding ODA figures in the State budget as recommended in the last review.

Portugal continues to concentrate its aid on a few partner countries and now aims to limit the number of sectors in which it is engaged. Portugal’s six priority countries (Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, São Tomé and Príncipe and Timor-Leste) are consistently among its top ten recipients since 2005 and received 82% of its bilateral aid in 2010. This geographic concentration is most welcome. To enhance sector concentration, Portugal intends to focus its new development co-operation strategy on three priority sectors: education, health and security. However, the new strategy will also cover three new themes for Portuguese aid: private sector, innovation and climate change. It is not clear yet how the new thematic priorities will interplay with the three priority sectors and what the final result in terms of sectoral concentration will be.

Portugal may need to set more precise guidance in this area while being flexible enough to respond to partner country priorities and demands.

Portugal made clear progress in implementing the Committee's recommendation to reduce the aid fragmentation. The number of stand-alone small projects fell by 60% from 2009 to 2010 and it reduced a further 10% from 2010 to 2011. Portugal now invests in larger projects and aims to have four larger interventions – called “flagship projects” – per partner country.

Portugal could look for opportunities to complement its use of technical co-operation with grant modalities which involve greater financial transfers to partner countries. Finally, while Portugal has not signed new lines of credit since 2010, it should use these instruments with caution in future to protect the geographic focus of its aid programme and ensure that the average grant element of its ODA complies with the 1978 DAC recommendation on the terms and conditions of aid.

Organisation and Management

In the context of the merger, Portugal took some good steps to improve the organisation and management of Portugal's development cooperation. First, Camões introduced the possibility of staff rotation between headquarters and the field, creating more opportunities for learning and transfer of valuable experience between the two levels. In order to further improve its human resource management Camões could develop workforce planning to allocate staff according to programming needs. Second, there are some good initiatives to improve results-based management, focusing on improving the project cycle and assessment of its performance. Finally, Camões successfully decreased its administration costs from 17.2% to 11.7% of the institute's budget by reducing the number of teams and managers in the merger. The savings were re-invested in the co-operation programme and, for the next budget, Camões hopes cut more to administration costs.

Strengthening co-ordination is a constant challenge in a system that is fragmented, but Portugal is taking several actions to minimise this problem. The law that created Camões established that the new institute is responsible for definition, implementation, oversight and coordination of Portugal's aid. This helped reaffirm the Institute's central position in the co-operation system. In addition, Camões aims to use the new Indicative Co-operation Programmes (PICs) to support greater coordination: the PICs will set the overarching strategy for co-operation with each priority country, with clear sector concentration and up to four flagship projects per country. Camões plans to enforce coherence and co-ordination by not recognising as Portuguese co-operation any project conducted outside the PICs framework. Portugal should continue moving in this direction, ensuring that Camões is involved early on in the formulation of all aid activities, and using the new PICs as tools for strategic medium-term planning.

Reforms in the budget structure mean that development cooperation is not represented as a single budget line in the State budget. This continues to make financial oversight and coordination difficult. The State budget is now organised around programmes, each with a single implementing ministry, which means that the ODA budget is fragmented across the 11 line ministries involved in development co-operation. Portugal tries to overcome this problem by using aid reporting to obtain figures and information from line ministries. Creating a horizontal representation of ODA figures across ministries could help ensure that ODA spending is clear, visible, transparent and accounted for later on.

Aid Effectiveness

Portugal remains very committed to making its aid more effective. It recently approved the “National Action Plan for Busan Implementation” and endorsed the “New Deal for Engagement in Fragile States” and the “Initiative for Gender Equality”. Portugal made important progress towards

the recommendation of ensuring that small projects are situated within or closely linked to larger programmes by giving preference to larger interventions. Portugal also works more with other bilateral and multilateral donors, particularly through delegated co-operation and co-financing mechanisms. Going forward, Portugal could build on these achievements, increase budget support and make coordinated approaches the norm in the longer term (e.g. use joint analytical work, joint missions, and common arrangement procedures).

More efforts are needed to increase the alignment, predictability and transparency of Portugal's aid. By 2010, Portugal channelled 79% of its aid through country procurement systems and completely avoided parallel implementation structures, yet only 32% of aid flows to governments were reported on partner countries' budgets, only 32% of its technical cooperation was implemented through co-ordinated programmes consistent with national development strategies, and Portugal used only 2% of country public financial management systems (2011 Survey on Monitoring the Paris Declaration). Portugal made progress on aid predictability, but it could increase the proportion of aid disbursed within the fiscal year for which it was scheduled (only 48% was disbursed in 2010 according to the 2011 Survey on Monitoring the Paris Declaration).

The biggest challenge to make Portuguese aid more effective is to untie it. According to the 2012 DAC Report on Aid Untying, Portugal has untied only 42.5% of its total bilateral ODA in 2010, compared to a donor average of 76%. This result is particularly due to technical co-operation and to the lines of credit extended until 2010. Portugal should pay close attention to responding to the recommendation of reviewing the tying terms of existing lines of credit and ensuring that any future lines offer untied loans only. Even if part of the lines of credit is used to finance local cost, Portugal should allow its partners to use the other part of these loans to procure goods and services internationally.

Humanitarian assistance

Portugal did not make much progress on making its humanitarian programming more coordinated and effective. As in 2010, Portugal still lacks funds, human resources, an overarching policy and funding guidelines for humanitarian action. However, it started developing a humanitarian assistance strategy in April 2012 incorporating the Principles and Good Practices of Humanitarian Donorship. The main goal of this strategy would be to facilitate co-ordination with line ministries, but the document would not cover disaster risk reduction and building resilience. Portugal intends to cover disaster risk reduction and resilience in the new country strategies. To realise these intentions, Portugal may need to re-allocate adequate staff and resources.

Conclusion

As this report shows, Portugal's progress towards the recommendations of the 2010 peer review was delayed due to the economic crisis as well as government and institutional changes. However, despite the disruption caused by these developments Portugal has managed to achieve some results and it should now accelerate its efforts to meeting the 2010 recommendations, particularly by agreeing a new development cooperation strategy, enhancing coherence, concentration and co-ordination of its development cooperation programme and system, and untying its aid. We look forward to reviewing its efforts in this and other areas in two years time. Finally, I wish to thank particularly Ana Paula Fernandes, Portugal's DAC Delegate, and Manuela Afonso of Camões for facilitating a most enjoyable day in Lisbon.

Yours sincerely,

Karen Jorgensen

Anexo 2 – Fichas do Contraditório e de Seguimento

Anexo 2A - FICHA DO CONTRADITÓRIO - AVALIAÇÃO CONJUNTA DO PIC DE CABO VERDE (2008-2011)

Abril de 2012

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁴	ACEITE OU REJEITADA ⁵	EXPLICAÇÃO ⁶
A. NÍVEL ESTRATÉGICO			
1. No próximo Programa de Cooperação com Cabo Verde deve haver uma alteração qualitativa, no sentido de uma programação com objetivos e indicadores de <i>outcome</i> , devendo ser definidas metas a alcançar.	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: deverá ser elaborada uma matriz de acompanhamento do PIC com indicadores e metas concretas, que envolva todas as unidades do Camões I.P.
	DNAPEC		
2. A programação deve continuar numa base plurianual, alinhada com o documento de estratégia de Cabo Verde.	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: tendo em vista promover a previsibilidade da ajuda, dever-se-á manter no PIC uma programação financeira plurianual.
	DNAPC		
3. Encontrar uma forma de reduzir a dispersão, no sentido de aumentar a eficácia do apoio ao desenvolvimento.	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: com o objetivo de promover uma concentração setorial foram indicados dois programas bandeira no novo PIC, com vista a potencializar a relação custo-benefício.
	DNAPEC		
4. Reforçar a liderança do IPAD na coordenação da cooperação em todas as suas fases, a qual passa necessariamente por: (i) criar um sistema de informação; (ii) fortalecer o papel dos serviços de cooperação no terreno ao nível da capacidade de decisão; e (iii) revitalizar a CIC e o Fórum da Cooperação colocando-os ao serviço da eficácia do desenvolvimento.	Tutela portuguesa		
	Camões, IP (DSC)		

⁴ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

⁵ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

⁶ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁴	ACEITE OU REJEITADA ⁵	EXPLICAÇÃO ⁶
5. No processo de elaboração do próximo Programa deve haver um envolvimento mais ativo e atempado dos diversos atores da Cooperação Portuguesa	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: sob coordenação do GSENEC, foram pedidos contributos aos ministérios setoriais para a elaboração do PIC.
6. Na Cimeira luso-cabo-verdiana, que irá ter lugar em 2012, o futuro da cooperação deve ser pensado estrategicamente, tendo por base o novo PIC, no sentido de explorar novas áreas e conteúdos tendo em atenção o pilar da cooperação empresarial.	Tutela portuguesa		
	Camões, IP (DSC)		
	MIREX		
7. A DNAPEC deve aprofundar a articulação com todos os setores, devendo promover reuniões regulares de articulação entre instituições e afinar a comunicação na implementação das intervenções.	DNAPEC/MIREX		
	Ministérios setoriais cabo-verdianos		
8. Cabo Verde deve exercer uma verdadeira liderança na coordenação da Ajuda dos diversos parceiros.	MIREX		
B. NÍVEL OPERACIONAL			
9. O sistema de acompanhamento conjunto (Portugal e Cabo Verde) do novo Programa deve ser revisto, devendo a coordenação assumir um papel central. Realizar um encontro anual entre a DNAPEC e o IPAD com o objetivo de fazer o balanço da cooperação desenvolvida e programas o período seguinte.	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: reforçar a preparação da revisão anual do PIC com as autoridades cabo-verdianas.
	DNAPEC/MIREX		
10. Durante o novo ciclo de cooperação devem ser realizadas reuniões setoriais com os diversos atores da Cooperação Portuguesa para promover uma maior articulação e dar coerência a todo o apoio. Nesta matéria assumem particular destaque os setores da educação (ensino superior) e da segurança.	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: promover encontros regulares com os principais atores da cooperação portuguesa.
	Camões, IP (DSLCL)	Aceite	Reforçar a articulação entre os diferentes atores a funcionar na área da educação e cultura, através de mecanismos de programação e monitorização que levem à obtenção de procedimentos e resultados conjuntos. Os recursos devem ser direcionados para áreas/domínios definidas (os) como “problemas” a resolver.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁴	ACEITE OU REJEITADA ⁵	EXPLICAÇÃO ⁶
	MAI/DGAI	Aceite	A DGAI/MAI entende que faz todo o sentido haver uma maior articulação entre o executor e o financiador nacional, a fim de clarificar a razão da necessidade de incluir algumas ações específicas ou complementares, única forma de dar coerência à cooperação técnico-policial. Por exemplo, as ações de formação têm de ser complementadas com o fornecimento de equipamentos, caso contrário a implementação prática estará comprometida. Esta questão é sobretudo válida para países como São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, bem como para Cabo Verde e Moçambique.
	Ministérios setoriais portugueses		
<p>11. A articulação entre a sede e o terreno deve ser melhorada e agilizada. Por exemplo, os documentos estratégicos e orientadores devem ser atempadamente divulgados e os serviços de cooperação junto da Embaixada devem ter acesso à intranet e às pastas partilhadas do IPAD. A partilha de experiências (reunião anual) entre os Adidos da Cooperação e o IPAD assume igualmente grande importância.</p>	Camões, IP (DSC)	?	Dependerá das orientações da nova Direção.
<p>12. Os esforços da cooperação portuguesa, na área do ensino/língua portuguesa devem ter subjacente o envolvimento das autoridades cabo-verdianas, sob pena de não produzirem os efeitos esperados.</p>	Autoridades cabo-verdianas		
<p>13. Procurar reduzir a mobilidade de quadros para que o apoio ao desenvolvimento de capacidades produza os efeitos desejados. Por exemplo, é necessário fixar quadros na DGES para que a mesma possa desempenhar as suas funções.</p>	Autoridades cabo-verdianas		
<p>14. Face à escassez de recursos, os projetos futuros devem ser definidos com metas precisas a alcançar.</p>	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: as metas devem estar incluídas na futura matriz de acompanhamento. CGI: Rever o formulário “Apresentação de propostas de PPA de cooperação”, exigindo não

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁴	ACEITE OU REJEITADA ⁵	EXPLICAÇÃO ⁶
			só a definição de Indicadores relevantes, mas também a indicação das metas que se desejam atingir, sem as quais as propostas não poderão ser aceites.
	Camões, IP (DSLCL)	Aceite	Uniformizar a definição de indicadores para as intervenções que são de reporte em sede de protocolos e melhorar o enfoque baseado nos resultados.
	MAI/DGAI	Rejeitada	Os projetos de cooperação técnico-policial desenhados e implementados têm sempre definidas as metas a alcançar.
	Ministérios setoriais portugueses		
15. Os ministérios setoriais cabo-verdianos devem, no início de cada ano, enviar à DNAPEC a calendarização das atividades de cooperação e, no final do ano, um relatório sobre a execução, para que a DNAPEC possa exercer convenientemente as suas funções de coordenação.	Ministérios setoriais cabo-verdianos		
16. Nas intervenções que utilizam os sistemas nacionais, devem ser agilizados os mecanismos de gestão e prestação de contas.	Autoridades cabo-verdianas		
C. ÁREAS DE INTERVENÇÃO			
17. Portugal deve continuar a apoiar os setores/áreas em que tem mais-valias: (i) capacitação institucional (agiliza a Administração, a qual agiliza a Economia), (ii) Ensino/formação.	Camões, IP (DSC)	Aceite	DCG: princípio refletido no novo PIC.
	Camões, IP (DSLCL)	Aceite	O instituto Camões continuará a apoiar os projetos que tem vindo a desenvolver na área do ensino.
18. Melhorar a articulação das intervenções de desenvolvimento de capacidades, de modo a que sejam implementadas no momento mais	Ministério setoriais portugueses		

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁴	ACEITE OU REJEITADA ⁵	EXPLICAÇÃO ⁶
adequado, e optar por formação <i>on-job</i> .	MAI/DGAI	Aceite	Esta prática já é seguida pelas Forças e Serviços de Segurança (FSS) do MAI. Todas as assessorias técnicas seguem este formato e algumas das ações de formação seguem também o mesmo modelo. Não obstante, existem formações técnicas que têm de seguir o modelo clássico de formação em sala, podendo ser-lhes acrescentada uma componente de acompanhamento no posto de trabalho na fase inicial, pós formação.
	Instituto Camões	Aceite	Na área do ensino, o enfoque do Instituto Camões é o de apoiar a formação contínua de professores.
19. A realização de determinadas ações de formação e assessorias técnicas pressupõe a disponibilidade de equipamentos. Nestes casos, deve ser assegurado pelo respetivo programa de cooperação o orçamento necessário para a sua aquisição e disponibilização aos seus destinatários.	Camões, IP (DSC)	Parcialmente aceite	CGI: Embora essa seja uma responsabilidade dos promotores dos PPA, o IPAD deverá ter esse aspeto em consideração na análise dos referidos PPA. Caso não haja disponibilidade orçamental para a totalidade das atividades propostas, o(s) promotor(es) devem proceder ao devido ajustamento, tendo o cuidado de manter as necessárias relações entre ações de capacitação e meios materiais que estas requeiram.
	MAI/DGAI	Aceite	O MAI já o vem fazendo, pois é a única maneira de assegurar a implementação das assessorias e ações de formação. A DGAI vem sistematicamente alertando o IPAD para o facto da importância dos equipamentos complementares, sobretudo de forma generalizada para STP e GB e com avaliação no caso de CV e MZ.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁴	ACEITE OU REJEITADA ⁵	EXPLICAÇÃO ⁶
	Ministérios setoriais portugueses		
20. Incluir a gestão de risco nos documentos de projeto	Camões, IP (DSC)	Aceite	CGI: Rever formulário “Apresentação de propostas de PPA de cooperação”, de modo a incluir esta questão
	Instituto Camões	Aceite	
	MAI/DGAI	Aceite	Embora Cabo Verde possa ser incluído no lote de países que melhor têm reagido à situação de fragilidade em que se encontrava, continua a existir forte dependência do apoio internacional e, como tal, merecedor de uma avaliação de risco rigorosa e coerente.
	Ministérios setoriais portugueses		
21. O Cluster, sendo uma modalidade de Ajuda com muitas potencialidades, a manter-se, deve ser revisto ao nível da sua gestão, coordenação e financiamento.	Camões, IP (DSC)	Aceite?	DCG: ainda não há orientações superiores quanto à permanência (ou não) do cluster no próximo PIC. CGI: A manter-se o cluster, proceder-se-á, em conjunto com as autoridades cabo-verdianas, à revisão da sua gestão, coordenação e financiamento.
22. Agilizar as linhas de crédito, colmatando as ineficiências muito ligadas aos aspetos burocráticos.	PT		
	CV		
23. O futuro PICATFin deverá ter em atenção o Plano de ação da reforma das finanças, (no quadro do PEMFAR) no sentido de identificar as áreas prioritárias de intervenção.	MFAP/GPEARl		
24. No quadro do PICATFin, em face das expectativas criadas, deverá ser divulgado o relatório da autoavaliação realizada em 2010.	MFAP/GPEARl		

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁴	ACEITE OU REJEITADA ⁵	EXPLICAÇÃO ⁶
<p>25. No setor da Justiça, agilizar os processos para que a implementação das ações se inicie no início de cada ano.</p>	<p>Ministério da Justiça PT</p>	<p>Aceite</p>	<p>A DGPJ concorda com a recomendação, ainda que, deva salientar haver por parte de todas as entidades do Ministério da Justiça grande disponibilidade para a execução atempada das ações. Bastas vezes o seu início tardio não se deve a causas nacionais.</p>
<p>26. No setor da Segurança, desenvolver uma visão integrada com uma abordagem coerente do apoio, que inclua todos os atores envolvidos e promova sinergias, otimizando a relação custo/benefício.</p>	<p>Camões, IP (DSC)</p>	<p>Aceite</p>	<p>CGI: Promover reuniões entre atores envolvidos prévias à apresentação das respetivas propostas de PPA, para concertação das ações e promoção de possíveis sinergias; Promover reuniões de acompanhamento entre atores envolvidos, para partilha de experiências e ajustamentos de percurso.</p>
	<p>MAI/DGAI</p>	<p>Parcialmente aceite</p>	<p>Na parte que respeita à promoção de sinergias, de modo a otimizar a relação custo/benefício e uma visão integrada dos programas de apoio, a DGAI/MAI reconhece a importância da cooperação tripartida na área técnico-policial. As altas taxas de execução e o reconhecimento dos países destinatários é exemplo disso mesmo. A redução de custos que anualmente tem vindo a ser conseguida, graças a execuções financeiras rigorosas nos anos imediatamente anteriores, tem permitido manter um elevado número de ações, apesar dos cortes orçamentais que a cooperação técnico-policial vem sofrendo.</p> <p>Na parte que respeita a elaboração dos programas, na medida em que se tratam de matérias técnicas muito específicas que apenas as FSS portuguesas e as destinatárias podem definir.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁴	ACEITE OU REJEITADA ⁵	EXPLICAÇÃO ⁶
	MJ	Aceite	Decorre dos objetivos operacionais do Plano de Atividades da DGPJ
	MDN		
	DNAPEC		
27. Repensar o apoio na área do Ensino Superior, definindo uma estratégia de intervenção coerente e articulada, que promova a sua eficácia global. Repensar os mecanismos de operacionalização dessa estratégia, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade de docentes. Nas bolsas de licenciatura centrar o apoio em áreas prioritárias e não existentes em Cabo Verde (Saúde, Engenharias). Nas bolsas de pós-graduação centrar o apoio no reforço e capacitação do corpo docente do ensino superior de Cabo Verde.	Camões, IP (DSC)	? Aceite	DCG: Depende de instruções superiores. CGI: Proceder-se-á, em conjunto com as autoridades cabo-verdianas, à definição de uma estratégia de intervenção integrada, bem como dos mecanismos de operacionalização da mesma. Quanto à atribuição de bolsas, apenas se verifica já nos níveis de mestrado e doutoramento e em áreas consideradas prioritárias pelas autoridades cabo-verdianas
	Camões, IP (DSLCL)	Aceite	-
	Autoridades cabo-verdianas		
28. No apoio ao Desenvolvimento Sociocomunitário, as autoridades cabo-verdianas devem assumir maior responsabilização na gestão e acompanhamento dos projetos.	MSSS português		
	Parceiros cabo-verdianos		
29. Intensificar as atividades de capacitação institucional ao MSS cabo-verdiano, por ter sido identificada pelos parceiros cabo-verdianos como uma área a necessitar de apoio.	MSS		
30. Rever o Programa de Cooperação no domínio do emprego e da formação profissional, com o objetivo de apoiar o IIEFP-CV e a sua rede de Centros de Emprego e Formação Profissional, na capacitação para o desenvolvimento das suas funções de Serviço Público de Emprego e adotar uma abordagem setorial integrada.	MEE português/IIEFP	Aceite	O Conselho Diretivo do IIEFP deliberou concordar com a revisão do Programa de Cooperação entre o IIEFP e o IIEFP-CV, no domínio do emprego e da formação profissional, tendo obtido igualmente concordância por parte de Sua Ex. ^ª o Secretário de Estado do Emprego.
31. Manter a presença no apoio ao orçamento.	Tutela portuguesa		

Anexo 2B - FICHA DE SEGUIMENTO - AVALIAÇÃO DO PIC DA GUINÉ-BISSAU 2008-2010

Janeiro de 2012

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁷	ACEITE OU REJEITADA ⁸	EXPLICAÇÃO ⁹	SEGUIMENTO
PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO				
<p>1. Apesar de alguns progressos, o IPAD deve continuar a envidar esforços no sentido da programação plurianual, com uma visão de médio prazo e uma maior clarificação das prioridades. Esta visão de médio prazo, exigível na programação plurianual, foi, de alguma maneira, implementada no IPAD com a Guiné-Bissau, com a linha extraordinária de financiamento das ONGD, em 2006, com resultados positivos, confirmados pelos parceiros, desde logo, pela previsibilidade que esta introduziu.</p>	IPAD/DSP	Aceite	O PIC 2011-2013 foi elaborado com programação plurianual	O PIC 2011-2013 foi elaborado com programação plurianual
<p>2. Na programação do PIC, as previsões financeiras devem, sempre que possível, ser distribuídas por áreas de intervenção e ser dadas a conhecer claramente à Guiné-Bissau.</p>	IPAD/DSP	Aceite	Ao PIC 2011-2013 as previsões financeiras estão distribuídas por áreas de intervenção	No PIC 2011-2013 as previsões financeiras estão distribuídas por áreas de intervenção
<p>3. A programação deve ter em atenção a identificação de um conjunto de indicadores que ajudem a um acompanhamento mais efetivo da implementação do PIC. Este esforço tem vindo a ser feito mas necessita de alguma orientação no sentido de serem, em alguns casos, mais centrados</p>	IPAD/DSP	Aceite	O PIC 2011-2013 inclui matriz com indicadores de resultados	Aguarda-se decisão superior quanto à inclusão ou não de matriz

⁷ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

⁸ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

⁹ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁷	ACEITE OU REJEITADA ⁸	EXPLICAÇÃO ⁹	SEGUIMENTO
<p>e noutros tendo a preocupação da existência da informação necessária para os medir. Convém, mais uma vez, referir que o número de indicadores deve ser o menor possível desde que permita medir o objetivo e, em algumas situações, ter em atenção a sua formulação.</p>				
<p>4. O documento PIC, durante a fase de programação, deve ser sujeito a uma consulta o mais alargada possível pelos parceiros, incluindo na Guiné-Bissau.</p>	IPAD/DSP	Aceite	Durante a fase de elaboração, o PIC 2011-2013 recebeu e incorporou contributos dos Ministérios Setoriais e das autoridades guineenses.	O PIC 2011-2013 atualizou a informação dos Ministérios Setoriais. Aguarda contributos das autoridades guineenses.
<p>5. A <i>Visão Estratégica</i> aponta para a criação de <i>clusters</i>. Isto implica alguma alteração na forma de programar a ajuda portuguesa. No caso da Guiné-Bissau, poderia ser pertinente identificar um <i>cluster</i> geográfico. A forma/modelo de intervenção da Cooperação Portuguesa no arquipélago dos Bijagós poderia ser uma base de reflexão para esta questão. Abrangendo desde a alfabetização, passando pela educação (formação de professores), incluindo a gestão sustentável dos recursos comunitários, numa tentativa de melhorar as condições de vida das populações locais. Esta intervenção teve bons resultados, conseguindo efetivamente que as populações locais melhorassem as suas condições de vida.</p>	IPAD/DSP	Rejeitada	Foi decidido que o PIC 2011-2013 não incluiria um <i>Cluster</i>	Foi decidido que o PIC 2011-2013 não incluiria um <i>Cluster</i>
	IPAD/CGI	Aceite	A intervenção da CP na região de Bafatá de alguma forma “desenha” um cluster geográfico. Ou seja, mantemos aqui intervenções de coop. institucional nas áreas da Educação (Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário), Saúde (Hospital de Bafatá em parceria com FNUAP) e Agricultura (PAIPA e Valorização da Apicultura), para além de diversos Projetos DASC de desenvolvimento sociocomunitário. É mais eficiente do ponto de vista das vias de acesso e poderá ser mais relevante para o desenvolvimento económico do país.	Bafatá mantém-se como aglomerado geográfico da CP. PAIPA evoluiu para intervenção de desenvolvimento comunitário e inclui agora parcerias com FNUAP, para apoio cuidados básicos de saúde e criação de Associações Mutualistas de Saúde nas comunidades; com FEC e UNICEF, para reabilitação de escolas e formação de professores. PASEG reforçou apoio ao Liceu de Bafatá, com formação de professores e centro de recursos, e a diversos Jardins-de-Infância, também com formação de Educadoras e equipamento didático e pedagógico.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁷	ACEITE OU REJEITADA ⁸	EXPLICAÇÃO ⁹	SEGUIMENTO
				Obra Hospital de Bafatá está quase concluída.
IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO				
<p>6. Aquando da conceção das intervenções na área da capacitação institucional e nomeadamente nas ações de formação, estas devem ser complementadas com ações de assistência técnica. Nestas ações também se deve ter em atenção as questões relacionadas com os equipamentos e materiais necessários para a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos com a formação.</p>	IPAD/CG I	Aceite	Os Programas e Projetos integram, em regra, atividades de assistência técnica orientadas para o desenvolvimento de capacidades a par de atividades de formação. Nos últimos três anos as instituições foram, igualmente dotadas, de equipamentos de suporte às suas funções e ao reforço de competências individuais. V.g. MEN, com os projetos PASEGII e Djunta Mon; MJ, com Programa Justiça; e MI, com a CTP.	As áreas de intervenção Educação, Justiça, Segurança e Agricultura foram reforçadas nas dimensões de assistência técnica e equipamento e assumem cada vez mais uma abordagem de desenvolvimento integrado do setor, sobretudo através da advocacia de políticas e institucionalização de boas práticas. Informação detalhada disponível nos relatórios dos PPA e FP resumo de cada setor.
	Instituto Camões	Aceite	Continuar a desenvolver as atividades previstas no PA dos Centro de Língua e do Centro Cultural do Instituto Camões. É exemplo disso o apoio prestado ao nível dos recursos logísticos, financeiros e humanos	As atividades dos PA (CLP e CCP do Instituto Camões) aprovadas para 2011 foram executadas e incidiram nos seguintes domínios: i) música, dança, cinema e fotografia; ii) exposições iii) conferências, seminários; iv) apoio à publicação; vi) cursos de língua e literatura portuguesas; vii) cursos de formação para públicos diferenciados (ex. c.f. extracurricular para os alunos da licenciatura em Língua Portuguesa); viii) oficinas de escrita criativa e jornalística

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁷	ACEITE OU REJEITADA ⁸	EXPLICAÇÃO ⁹	SEGUIMENTO
				<p>Manteve-se o apoio do IC ao nível dos recursos logísticos, financeiros e humanos</p> <p>Em 2012 vão manter-se as atividades com incidência nos mesmos domínios.</p>
	MAI/DGAI		<p>O objetivo da cooperação técnico-policial assenta duas atividades fundamentais:</p> <p>Atividade de Formação, numa perspetiva de formação inicial, reciclagem e especialização, e, Atividade de Assessoria Técnica, como fator determinante para influenciar modelos organizacionais e funcionais. Por outro lado, aquando a conceção dos projetos é sempre considerado a aquisição de fardamento, equipamento e manuais para distribuição a todos os formandos que têm aproveitamento nas ações de formação.</p>	<p>O OL/MAI Bissau foi colocado na Embaixada em 17JUL10, pelo que do PIC em análise não acompanhou os anos de 2008 e 2009. Quanto a 2010, o PCTP GB foi cumprido na íntegra, conforme indicadores em tempo remetidos à DGAI/RIC.</p> <p>No projeto estavam contempladas 3 assessorias técnicas, à POP, GFr e DGMF que foram efetuadas. Além das ações de formação, integralmente cumpridas, foi atribuído fardamento individual a todos os formandos das ações de reciclagem (V a XII cursos), manuais de formação e um apoio alimentar diário. Os formandos foram sujeitos a avaliação teórica e prática, sendo considerado sem aproveitamento nota inferior a 9,5 valores.</p> <p>Com recurso a verbas remanescentes foram, ainda, desencadeadas as seguintes ações:</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁷	ACEITE OU REJEITADA ⁸	EXPLICAÇÃO ⁹	SEGUIMENTO
				<ul style="list-style-type: none"> • Curso de formação aos Bombeiros Humanitários da GB; • Estágio de seis (06) para Oficiais da GN em Portugal junto da GNR; • Implementação do sistema PASSE no aeroporto Osvaldo Vieira em Bissau e, capacitação de elementos da DGMP para operar com esse sistema; • Aquisição de diverso material informático para doação ao MI, a utilizar pelo PCTP, durante a sua vigência; • Assessoria no âmbito da administração eleitoral ao Ministério da Administração do Território e à Comissão Nacional de Eleições da GB. A assessoria foi executada por duas (02) técnicas da DGAI; • Apoio na recuperação física das instalações da 5ª esquadra da POP em Bissau e, acompanhamento das atividades, sobretudo na implementação de uma nova filosofia de atuação policial.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁷	ACEITE OU REJEITADA ⁸	EXPLICAÇÃO ⁹	SEGUIMENTO
<p>7. Nas intervenções mais estruturantes deveria haver a preocupação de aliar ações de assistência técnica e assessoria aos Ministérios Guineenses respetivos.</p>	<p>IPAD/CG I Ministérios setoriais</p>	<p>Aceite</p>	<p>Idem. O PASEG, por exemplo, mantém sete áreas de assistência técnica/ assessoria ao MEN e estruturas descentralizadas, cada uma com um responsável designado, que implementam prioridades de reforma da Carta de Política Educativa. Justiça/PJ e CTP também, orientadas, neste caso, para implementar prioridades comuns ao DERMS e Plano Operacional UNODC.</p>	<p>Verifica-se progressos nos resultados das assessorias Educação, Justiça e Segurança com institucionalização de algumas reformas estruturais. No caso da Educação há diversos grupos de trabalho de assessoria ao MEN, INDE e ESEGB em curso, que integram também parceiros da CP e multilaterais (e.g. UNICEF, UNESCO, PAM, UICN), pelo que há progressos significativos também na harmonização e divisão do trabalho.</p>
	<p>Instituto Camões</p>	<p>Aceite</p>	<p>Continuar o trabalho de acompanhamento e apoio ao Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, relativo à formação pedagógica dos professores de português do ensino básico e secundário.</p>	<p>2011 Em execução o Protocolo entre o IC e o Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, relativo à formação pedagógica dos professores de português do ensino básico e secundário, assinado a 23 de setembro de 2005. Neste contexto, o IC é também responsável pela dinamização das 12 Unidades de Apoio Pedagógico/Polos de Língua Portuguesa (criados no âmbito do Projeto de Apoio à Educação Básica). No âmbito deste protocolo foram desenvolvidos cursos de formação para os Formadores das</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁷	ACEITE OU REJEITADA ⁸	EXPLICAÇÃO ⁹	SEGUIMENTO
				<p>UAP/PLP.</p> <p>Em 2012 dar-se-á continuidade a este trabalho.</p>
	MAI/DGAI	Aceite	<p>Os Projetos Técnico-policiais incluem uma forte componente de Assessoria e Assistência técnica ao Ministério do Interior e Forças de Segurança sob a sua tutela, através da implementação de um conjunto de atividades que visam alcançar uma meta global de melhoria da capacidade institucional e capacidade de prevenção e de reação das autoridades da Guiné-Bissau.</p>	<p>No âmbito das assessorias e assistência técnica ao MI, no PCTP GB 2010, foram desencadeadas três, à POP e Guarda de Fronteiras pelo período de um (01) ano e à DGMF por seis (06) meses. Os assessores, como é do conhecimento, têm um contrato celebrado diretamente com o IPAD e no âmbito das obrigações inscritas no mesmo, remetem os respetivos relatórios ao IPAD e a essa DGAI/RIC. O papel do OL/MAI Bissau no acompanhamento das suas atividades foi sempre relativo, pese embora a realização de reuniões conjuntas.</p> <p>Destas ações, sobretudo dos assessores à POP, Comissário Líliliana Marinho e à Guarda de Fronteiras, T. Cor. António Pereira, há a destacar a produção de um vasto conjunto de legislação de apoio ao Ministério do Interior, citando como exemplo a elaboração de estatutos para a POP</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁷	ACEITE OU REJEITADA ⁸	EXPLICAÇÃO ⁹	SEGUIMENTO
				<p>e GN, regulamentos disciplinares, código deontológico, regulamento de patentes, regulamento de colocações e transferências, entre outros.</p> <p>Já quanto ao assessor à DGMF, Inspetor Superior Eduardo Margarido do SEF, nunca transmitiu ao OL/MAI qualquer das atividades por si desencadeadas.</p>
<p>8. Constatou-se que a Embaixada tem vindo a evoluir positivamente relativamente ao acompanhamento no terreno, promovendo a necessária coordenação. No sentido de aprofundar este acompanhamento sugere-se que a Embaixada se organize de forma a poder visitar todas as intervenções e a promover encontros com alguma regularidade.</p>	<p>Embaixada de Portugal em Bissau</p>	<p>Aceite</p>		<p>A Cooperação Portuguesa visitou todas as intervenções no terreno; realizou 2 reuniões gerais de ONGD; elaborou e distribuiu um questionário de caracterização das várias ONGD portuguesas a trabalhar em território guineense, a partir do qual produziu uma brochura. Para além disso, existem contactos regulares da Cooperação Portuguesa com os Coordenadores de Projeto, de forma a aferir da execução corrente das atividades.</p>
<p>9. No que diz respeito ao acompanhamento no IPAD, que tem tido uma evolução positiva, sugerem-se ainda assim algumas melhorias relacionadas com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As fichas de conceção do projeto e do acompanhamento estarem bem identificadas, datadas e os montantes financeiros das 	<p>IPAD/CG I</p>	<p>Aceite</p>	<p>Fichas de Projeto e Relatórios de acompanhamento GB encontram-se nas pastas partilhadas respetivas. Atualização e seleção da informação pertinente, contudo, poderão ser prejudicadas pelo modelo atual de FP, que não permite resposta eficiente a</p>	<p>Idem. Nota-se ainda que FP adequadas deveriam ser alimentadas por formulários em sistema de informação integrado que incluísse candidaturas a financiamento PPA, relatórios de progresso dos executores e base de</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁷	ACEITE OU REJEITADA ⁸	EXPLICAÇÃO ⁹	SEGUIMENTO
<p>intervenções estarem bem referenciados no tempo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • A organização dos programas na intranet deve ser feita com uma lógica que permita a sua localização rápida; • A DCG/DSP deve elaborar, atualizar regularmente e disponibilizar ficha país, incluindo no site, que contenha toda a informação pertinente sobre a Guiné-Bissau, com indicadores relativos à situação social e económica do país e a listagem dos projetos em execução. 	IPAD/DSP		<p>todos os pedidos de pontos de situação e diversos formatos em que é necessário processar a informação.</p> <p>Os conteúdos disponíveis no <i>site</i> são os considerados pertinentes. A ficha país disponível nas “áreas de partilha” é atualizada sempre que é possível obter novos dados. Dada a escassez de estatísticas do país, o suporte utilizado é o que apresenta os dados mais recentes.</p>	<p>dados respetiva, disponíveis para carregamento e consulta internos e externos.</p> <p>Os conteúdos disponíveis no <i>site</i> são os considerados pertinentes. A ficha país disponível nas “áreas de partilha” é atualizada sempre que é possível obter novos dados. Dada a escassez de estatísticas do país, o suporte utilizado é o que apresenta os dados mais recentes.</p>
<p>10. O processo de candidatura dos projetos à Linha de Financiamento da Sociedade Civil deve ser repensado. Nos casos em que os projetos devam ter uma abordagem plurianual, não a tendo por não ser possível, não devia ser necessário as organizações repetirem no segundo ano todo o processo quando o projeto é a continuação do ano anterior. Segundo a DASC, o enquadramento normativo de apoio às ONGD foi alterado em 2009, no sentido de tornar claro os procedimentos a seguir pelas organizações nos casos de projetos plurianuais, ficando assim, em princípio, aquela questão resolvida.</p>	IPAD/CGII/DASC	Rejeitada	<p>Assume-se que a proposta de repensar a Linha de Financiamento se refira à questão da plurianualidade. Assim sendo, a presente questão está ultrapassada (como referido na própria recomendação), sendo que a interpretação do IPAD era diferente daquela que vem relatada.</p>	-
<p>11. Todo o processo de candidatura e análise das intervenções das ONGD é realizado de forma tecnicamente correta, podendo, mesmo, servir de modelo para a análise e acompanhamento das intervenções da Cooperação portuguesa. No entanto, em alguns casos, constatou-se que alguma</p>	IPAD/CGII/DASC	Rejeitada	<p>Considera-se que a análise efetuada tem a profundidade necessária, sendo que já vai além dos recursos disponíveis para a sua realização.</p> <p>Considera-se também que a linguagem utilizada permite aos proponentes</p>	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁷	ACEITE OU REJEITADA ⁸	EXPLICAÇÃO ⁹	SEGUIMENTO
da argumentação apresentada aquando da apreciação das candidaturas não é completamente clara, isto é, perceptível e sem suscitar quaisquer dúvidas aos proponentes e a todos aqueles que venham a necessitar de consultar esses processos de candidatura. Assim, sugere-se um maior aprofundamento na análise das candidaturas, nomeadamente na sua fundamentação, tentando clarificar alguma da linguagem utilizada e referenciar, sempre que possível, o suporte documental dessa mesma fundamentação. Além disso, a publicação da lista dos projetos cofinanciados deve estar sempre disponível e atualizada no site do IPAD. Prevê-se a resolução desta questão com a implementação do novo sistema de gestão documental do Instituto.			<p>perceber a fundamentação. No entanto, será tomado em conta a observação efetuada, no reconhecimento que existe sempre margem de melhoria.</p> <p>Relativamente à lista dos apoios concedidos, não é uma questão que se coloque à DASC, pois esta envia a informação necessária para o site e espera que esta lá permaneça. Acresce que os resultados são comunicados à Plataforma por escrito e são publicados em DR.</p>	

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
COORDENAÇÃO / ARTICULAÇÃO				
12. Embora com melhorias notáveis, a Embaixada de Portugal em Bissau deve continuar a promover a articulação entre as várias intervenções da Cooperação Portuguesa com especial incidência na área da Educação e das ONGD. Esta última área será provavelmente a que tem sido mais descurada.	Embaixada de Portugal em Bissau	Aceite		Relativamente ao relacionamento com as ONGD, remete-se para a resposta ao ponto 8. No que se refere à articulação entre as intervenções da Cooperação Portuguesa na área da Educação, saliente-se as reuniões periódicas com o PASEG e a FEC, nomeadamente no que respeita à

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
				parceria estabelecida com a UNICEF. Também entre o PASEG e as ações desenvolvidas na área da Justiça (PJ) e da Cooperação Técnico-Policial tem havido uma colaboração e partilha de experiências.
13. O IPAD deve promover uma articulação mais estreita e regular entre os parceiros portugueses.	IPAD/DSP	Aceite	A coordenação entre os parceiros portugueses foi melhorada havendo agora mais disponibilidade para a partilha de informação com o IPAD. A coordenação por parte do IPAD na elaboração do Plano de Ação Segurança e Desenvolvimento para a GB é um exemplo concreto.	A coordenação entre os parceiros portugueses foi melhorada havendo agora mais disponibilidade para a partilha de informação com o IPAD. A coordenação por parte do IPAD na elaboração do Plano de Ação Segurança e Desenvolvimento para a GB é um exemplo concreto.
	IPAD/CGI	Aceite	O esforço de coordenação tem sido intensificado. A coordenação estreita de parceiros no setor da Educação e o Plano de Ação Segurança e Desenvolvimento para a Guiné-Bissau são resultados desse trabalho.	No setor da Educação a coordenação evoluiu para grupo de trabalho permanente que junta PASEG, FEC e ICA em reuniões regulares. Outros setores têm tido coordenação reforçada pelo IPAD e Serviços da Cooperação em Bissau.
14. A Direção do IPAD deve promover uma melhor articulação entre as suas unidades orgânicas, nomeadamente entre a DSP e as DSCG, a fim de assegurar uma melhor programação e evitar a existência de informação e dados não coincidentes, com eventuais consequências até na contabilização da APD.	IPAD/Direção	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
<p>15. O IPAD deve promover uma articulação mais estreita entre a DSCG II, a DSP e a DSCG I, no sentido de assegurar que as intervenções da Sociedade Civil se enquadram nas prioridades do respetivo país.</p>	IPAD/DSP	Aceite	A DSP está disponível para contribuir para uma melhor articulação.	A DSP está disponível para contribuir para uma melhor articulação.
	IPAD/CGI	Aceite	Os pareceres da CGI na apreciação das candidaturas da Sociedade Civil procuram identificar e aproveitar complementaridades. Prepara-se, este ano, a realização de atividades conjuntas na região de Bafatá. Maior coerência das ações da Sociedade Civil com as prioridades do PIC e cooperação institucional dependerá de orientações a montante, no momento da escolha temática dos concursos DASC.	No âmbito PPA acompanhados por esta DS tem sido feito esforço para orientação complementar com algumas intervenções da Sociedade Civil (e.g. FEC, com “Bambaram di Mindjer” e IMVF, com Projeto Descentralizado Segurança Alimentar). Mantêm-se impedimentos por força das opções de planeamento do apoio à Sociedade Civil.
	DASC	Rejeitada	<p>Os critérios de apoio aos projetos das ONGD são vários e diversos e onde se inclui as prioridades do respetivo país, pelo que a individualização de um critério em detrimento dos demais não dá uma visão completa do quadro de trabalho.</p> <p>Associado às prioridades fixadas para o setor da Sociedade Civil, o apoio efetuado aos projetos das ONGD estão sujeitos a uma grelha de análise que contém 5 critérios (Relevância, Sustentabilidade, Metodologia, Eficácia, Capacidade Financeira e Operacional).</p>	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
			<p>No que diz respeito à operacionalização do critério geográfico, que concorre para a apreciação do critério da Relevância, a DASC segue os Pareceres da DSP, CGI e II e Embaixadas.</p> <p>Assim, os projetos das ONGD são <u>todos</u> financiados no quadro da combinação das prioridades da Cooperação Portuguesa no âmbito do relacionamento com o setor da Sociedade Civil e que não se restringem ao âmbito geográfico.</p>	
<p>16. A Embaixada e o IPAD devem garantir a articulação com os outros doadores e, nomeadamente, promover uma maior articulação com a Delegação da Comissão Europeia, assegurando a necessária complementaridade.</p>	<p>Embaixada de Portugal em Bissau IPAD/DSP</p>	<p>Aceite</p>		<p>A Embaixada e a Cooperação Portuguesa participam em reuniões frequentes de troca de informação com outros doadores, a saber, Banco Mundial, Sistema das Nações Unidas, BAD, União Europeia, etc.</p>
<p>ÁREAS DE INTERVENÇÃO</p>				
<p>Área da Justiça</p>				
<p>17. Esta área é muito importante para a estabilidade e desenvolvimento da Guiné-Bissau, pelo que exige uma abordagem estruturante e mais transversal, devendo continuar a ser assumida como uma área prioritária no próximo PIC.</p>	<p>MJ/DGPJ</p>	<p>Aceite</p>	<p>A área da Justiça revela-se como fundamental para a construção de um Estado de Direito Democrático, com ramificações a todos os níveis. Todavia, cabe também ao Governo da Guiné-Bissau designar a Justiça como</p>	<p>A aprovação, por parte do Governo da República da Guiné-Bissau, do documento Política para o Setor da Justiça 2010-2015, pode ser tida como um compromisso governamental a longo prazo, consagrando a área da Justiça como</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
			área prioritária.	uma prioridade.
<p>18. A intervenção nesta área deve continuar a apostar no domínio dos registos/notariado, dadas as grandes carências que se continuam a verificar e as repercussões ao nível da credibilidade dos documentos, nomeadamente com consequências na mobilidade dos cidadãos. Deve apostar também nos Serviços Prisionais e na Formação de Magistrados.</p>	MJ/DGPJ	Aceite	<p>O Instituto dos Registos e do Notariado teve uma presença expressiva na Guiné-Bissau, permitindo o levantamento das necessidades e o início do processo de reforma do registo civil, área a que foi atribuída particular importância por virtude do impacto da mesma na segurança documental do país em determinadas matérias decorrentes deste registo.</p> <p>A área da formação de magistrados tem sido igualmente objeto de particular empenho com vista ao reforço do Estado Democrático de Direito.</p> <p>Por sua vez e após diagnóstico inicial, a área prisional irá também ser alvo de ações de cooperação.</p>	<p>A área do registo civil irá continuar a ser alvo de particular atenção no âmbito da cooperação no setor da justiça, com possível introdução de meios informáticos específicos. No que respeita à formação de magistrados, esta irá ser alterada passando a privilegiar a formação <i>in loco</i> e, ainda, o apoio ao recém-criado CENFOJ. A área prisional irá beneficiar de ações de formação e assessoria.</p>
	IPAD/CGI	Aceite	<p>O Programa Justiça tem abrangido os Registos e Notariado, Serviços Prisionais, Magistraturas (com apoio complementar entre 2009 e 2010 através de contribuição consignada à UNODC) e Investigação Criminal, áreas que deverão manter-se em 2011.</p>	<p>Idem. Acresce que o Programa Justiça iniciou em 2011 apoio às capacidades nacionais de formação de magistrados através de assistência técnica ao CENFOJ. Assegurou também formação de todos os Guardas Prisionais e Chefias, assistência técnica às Direções dos estabelecimentos prisionais e algum equipamento prioritário.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
<p>19. Identificar a possibilidade de alargamento da intervenção da Polícia Judiciária ao interior da Guiné-Bissau.</p>	MJ/DGPJ	Aceite	<p>Não obstante o reconhecido interesse no alargamento da presença da Polícia Judiciária no interior do país, esta encontra-se condicionada pela falta de capacidade da instituição em manter delegações nas várias regiões.</p>	<p>A Polícia Judiciária de Portugal, para além de continuar a assessoria especializada junto da sua homóloga e prosseguir a capacitação dos recursos humanos, irá dar o seu contributo para a efetiva criação e/ou melhoria da Diretoria de Bafatá e Inspeções de Bubaque e Catió.</p>
<p>Área das Finanças Públicas (PICATFin)</p>				
<p>20. Constatou-se uma grande dispersão nesta intervenção, pelo que se recomenda concentração nas áreas mais prioritárias.</p>	MFAP/GPEARI	Rejeitada	<p>A intervenção do MFAP, no âmbito do PICATFin com a Guiné-Bissau, é toda ela nas áreas de conhecimento e experiência do MFAP.</p> <p>As áreas de intervenção que constam do Programa de Cooperação foram identificadas por técnicos de ambos os lados e naturalmente consideradas prioritárias.</p> <p><u>Sugestão:</u></p> <p>Alterar o texto da recomendação 20 para: <i>“Constatou-se que o Programa de Finanças Públicas da Guiné-Bissau tem um expressivo número de áreas, o que dificulta a sua execução, pelo que se recomenda a concentração nas áreas mais prioritárias”.</i></p>	<p>Apesar de o PICATFin ter sido desenhado em função das prioridades identificadas pelas autoridades guineenses, concordamos com a necessidade de se refletir sobre o número de áreas a apoiar através deste Programa, dados os escassos recursos e a necessidade de se concentrar o apoio em domínios considerados críticos para o MF/GB.</p>
<p>21. No âmbito da cooperação no domínio orçamental, é necessária clarificação em relação ao</p>	MFAP/GPEARI	Rejeitada	<p>O SIGFIP a que se refere a recomendação é uma ferramenta</p>	<p>Mantemos a explicação anterior</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
<p>Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas (SIGFIP) que apoia a preparação e execução orçamental e a elaboração da Conta, que se baseia na metodologia adotada pelos países da UEMOA. Pode eventualmente não se justificar a intervenção da Cooperação Portuguesa dado o facto de a Guiné-Bissau seguir um modelo diferente do português.</p>			<p>informática.</p> <p>A preparação e execução orçamentais e a elaboração da conta geral do estado são instrumentos e procedimentos baseadas em normas internacionais que todos os estados devem ou deveriam observar.</p> <p>Como está formulada a recomendação não faz sentido.</p> <p>O que se fez e continuará certamente a fazer é executar as ações no domínio do orçamento sem qualquer sobreposição com outras iniciativas já no terreno.</p> <p><u>Sugestão:</u></p> <p>Alterar a última frase do texto da recomendação 21 para: “A intervenção da Cooperação portuguesa deverá estar em estreita articulação com a metodologia adotada pela Guiné-Bissau”</p>	
<p>Área da Cooperação Técnico-Militar</p>				
<p>22. A Cooperação Portuguesa deve apoiar o sistema de recrutamento e mobilização dos militares para promover uma maior profissionalização das Forças Armadas Guineenses e assegurar uma maior estabilidade do país.</p>	<p>MDN/DGPDN</p>	<p>Aceite</p>	<p>Implementação de um sistema de seleção nacional que permita a escolha para recrutamento de elementos desejavelmente com maior nível de formação escolar.</p>	<p>-</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
			Apoio ao estabelecimento de prioridades de formação nas várias áreas técnicas.	
<p>23. O processo de desmobilização dos antigos combatentes é essencial para a estabilização social do país, pelo que deve ser apoiado pela Cooperação Portuguesa, defendendo junto das instâncias internacionais a importância de assegurar um fundo internacional para financiar este processo.</p>	MDN/DGPDN	Não aceite	Os esforços de âmbito internacional no sentido de promover ajudas financeiras não deverão ser desenvolvidos pelo MDN. No entanto, poderá ser equacionado o contributo da CTM sob a forma de aconselhamento, definição de linhas orientadoras e escrutínio dos casos de desmobilizados ainda passíveis de integração no mercado de trabalho, de acordo com valências que se tornem úteis por défice nacional. Poderão apontar-se, como exemplo, os militares com formação nas áreas de comunicações, manutenção auto e naval e construção civil e obras públicas, os quais serão sempre uma mais-valia em eventuais programas de formação profissional dirigidos a jovens.	-
<p>24. O apoio da Cooperação Portuguesa à Reforma das Forças Armadas Guineenses deve ter em conta o envolvimento dos militares nesse processo, pois só assim se promoverá a respetiva apropriação.</p>	MDN/DGPDN	Aceite	Apoio coordenado à elaboração do quadro legislativo base da reforma.	-
<p>25. É necessário obter fundos adicionais junto de organizações multilaterais para a recuperação do Centro de Instrução Militar do Cumeré, em complementaridade com o trabalho da cooperação</p>	MDN/DGPDN	Não aceite	Os esforços de âmbito internacional no sentido de promover ajudas financeiras não deverão ser desenvolvidos pelo MDN. O MDN	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
técnico-militar.			poderá, sim, posteriormente, colaborar na articulação dos trabalhos a desenvolver, no sentido de garantir a complementaridade das intervenções.	
26. A cooperação técnico-militar e a Reforma do Setor da Segurança devem estar articuladas, pelo que a sua coordenação deve ser promovida internamente, por todos os intervenientes.	MDN/DGPDN	Aceite	Apoio coordenado à elaboração do quadro legislativo base da reforma.	-
27. Importante reforçar o apoio na área da Marinha Nacional.	MDN/DGPDN	Aceite	Apoio técnico e conceptual à estrutura superior da Marinha Nacional. Formação de quadros e especialistas navais.	-
Área Eleitoral				
28. Continuar a apoiar o programa de modernização e descentralização do sistema eleitoral através da aposta na formação nessas áreas.	MAI/DGAI	Aceite	O MAI/DGAI irá continuar a apoiar a reestruturação dos órgãos da administração eleitoral e estruturação e aperfeiçoamento das Unidades Orgânicas, central e local, vocacionadas para a organização, execução e apoio técnico em matéria eleitoral, tendo em vista a sua articulação e a melhoria, o aperfeiçoamento dos seus métodos de trabalho e funcionamento, bem como apoiar os processos de recenseamento e eleitorais no País.	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
	IPAD/CGI		Aguarda-se proposta para apoio às Eleições Autárquicas.	Está em curso apoio às eleições Presidenciais e prevê-se apoio ao recenseamento para eleições Legislativas em 2012.
Área da Educação				
<p>29. É urgente implementar a assessoria ao Ministério da Educação Guineense.</p>	IPAD/CGI I	Aceite	Aguardava-se seleção de candidato com perfil adequado para esta assessoria, o que se mostrou um erro de planeamento uma vez que o perfil é demasiado complexo para um só elemento. Optou-se agora por clarificar sete áreas temáticas e respetivos responsáveis no PASEG II (Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação de Infância, Administração Escolar, Educação para a Cidadania, Alfabetização e Desenvolvimento Curricular) e reiterar ao MEN a disponibilidade destes AC para atividades de assessoria em cada uma destas áreas. Os responsáveis pelo EB e ES ocuparam mesmo um espaço físico junto do Gabinete do Ministro.	Idem. Todas as assessorias indicadas e outras em curso, com progressos significativos.
<p>30. Rever a distribuição das bolsas internas de forma a poderem incluir outras escolas secundárias. Nesta revisão, deveria pensar-se na criação de uma comissão Portugal / Guiné-Bissau para a atribuição destas bolsas.</p>	IPAD/CGI/NB	Aceite	Está previsto nos Regulamentos de Bolsas Internas assinados com cada um dos países, desde que estas sejam devidamente reconhecidas.	Idem

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
<p>31. Transformar o mais possível as bolsas para licenciatura em Portugal em bolsas internas.</p>	IPAD/CGI/NB	Aceite	<p>A presente política de bolsas visa privilegiar as bolsas para estudos pós-graduados em Portugal e reduzir as de licenciatura, passando estas a ser integradas no Programa de Formação no país de origem. Presentemente somente dois países (Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe) possuem contingentes de bolsas para licenciatura no Programa de Formação em Portugal.</p> <p>Esta implementação originou um aumento no contingente de bolsas internas nalguns dos países.</p>	Idem
<p>32. No alargamento do PASEG ao interior, ter em consideração a experiência adquirida pela FEC nas suas intervenções, evitando sobreposições e contribuindo para a complementaridade das intervenções da Cooperação Portuguesa.</p>	IPAD/CGI	Aceite	<p>A complementaridade entre os dois projetos foi tida em conta na escolha das regiões de expansão do PASEG II (Bafatá e Cacheú, onde a FEC tem desenvolvido a maior parte do seu trabalho no EB comunitário) e na metodologia de intervenção, com integração das mesmas equipas regionais de Inspectores Formadores das DRE que a FEC tem capacitado na implementação e acompanhamento das suas formações.</p>	<p>Idem.</p> <p>Verifica-se complementaridade e divisão de trabalho crescentes entre FEC e PASEG.</p> <p>Reuniões regulares de coordenação instituídas.</p>
	Embaixada de Portugal em Bissau	Aceite		Criação de um grupo de trabalho (PASEG+FEC) com o objetivo de se realizarem reuniões periódicas de articulação e troca de experiências entre os dois projetos.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
<p>33. Dar maior visibilidade ao PASEG sem contudo prejudicar o foco nos seus objetivos principais.</p>	IPAD/DSCGI	Aceite	O PASEG integra diversas medidas de reforço da visibilidade, com recurso a diferentes suportes (eventos, brochura de informação, spots televisivos, material promocional).	Idem.
	Embaixada de Portugal em Bissau	Aceite		Realização de um spot publicitário e de um documentário sobre o trabalho desenvolvido. Criação de um novo logótipo. Produção de materiais de divulgação (pastas, autocolantes, placas, entre outros). Cobertura pelos órgãos de comunicação social das atividades realizadas (ex. TV, rádios, jornais). Criação de um <i>site</i> , adesão ao facebook e elaboração de um Boletim.
	Instituto Camões	Aceite	Integrar as ações que o Instituto Camões, através do Centro Cultural tem vindo a desenvolver no âmbito do PASEG.	2011 O IC promoveu e dinamizou uma ação de formação de formadores sobre didática do português língua segunda, destinado a cooperantes que foram selecionados para o ano letivo 2011/2012.
<p>34. Promover Bolsas de Estudo para licenciatura em Língua Portuguesa.</p>	IPAD/CGI/NB	-	A definição das áreas de formação é da competência do país. No entanto, seja qual for a área, fica privilegiado o ensino em língua portuguesa. A competência nesta área é do Instituto Camões.	Idem

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
	Instituto Camões	Rejeitada	Esta formação já existe no terreno que é apoiada pelo Instituto Camões.	-
35. Apoiar a criação e implementação da Universidade Pública Amílcar Cabral, envolvendo a Faculdade de Direito de Bissau.	IPAD/CG I	Aceite	A disponibilidade para apoiar a criação desta Universidade, em processo participado pela FDB, tem sido reiterada pelo IPAD ao MEN. O próprio Protocolo do Projeto FDB integra essa preocupação. A iniciativa terá de partir das autoridades guineenses.	Idem.
	FDL	-	-	-
36. Continuar a envidar esforços no sentido da sustentabilidade financeira e de gestão da Faculdade de Direito de Bissau.	IPAD/CG I	Aceite	O Projeto FDB para 2010-11 inclui uma redução de 5 para 3 elementos expatriados e a contratação de funcionários locais para a gestão da Secretaria, justamente neste sentido. Aguarda-se reforço da equipa de Doutorados da FDB para a transição das responsabilidades de Direção Científica e Pedagógica e, eventualmente, de gestão.	Idem. Medidas de apoio à sustentabilidade incluíram ainda, em 2011, reforço da equipa local de gestão da Secretaria. Sustentabilidade financeira será difícil de alcançar, mas nesse sentido tudo o que CP pode fazer é negociar com Ministério da Educação Nacional a retirada progressiva de complementos de salários aos docentes guineenses, a compensar com reforço de prestações (incertas) do Orçamento de Estado à FDB.
	FDL	-	-	-
Área do Desenvolvimento Rural				
37. Apesar das diferenças de filosofia de intervenção	IPAD/CGI	Rejeitada.	A prioridade da política agrícola na	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
<p>entre Quebo e PAIPA (o primeiro era fundamentalmente virado para a experimentação e o segundo com maiores preocupações ligadas com a questão da apropriação num contexto de segurança alimentar), poderia ser útil aproveitar alguns ensinamentos do Quebo.</p>			<p>Guiné-Bissau é a segurança alimentar, que passa principalmente pela reintrodução da cultura do arroz, que pouco poderá beneficiar de investimento em investigação nesta altura.</p>	
	Embaixada	Aceite		<p>Relativamente às frutícolas, e por serem apenas estas as produzidas no Quebo, para os pomares que estão a ser instalados, um em Sucutô e outro em Djana, recorreremos ao Quebo, e já está implantado em Sucutô, com citrinos.</p>
<p>38. Em relação ao Programa de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar, deve incluir-se uma vertente ligada à área da comercialização.</p>	IPAD/CGI	Aceite.	<p>Foi integrada desde 2010, com atividades e equipamentos de apoio ao agro-processamento, transporte e comercialização.</p>	<p>Verifica-se progressos, com apoio à criação de posto de venda para as Associações, participação em feira agrícola, compra de motorizadas com pequenos atrelados, etc.</p>
	Embaixada	Aceite		<p>Foram adquiridas motorizadas para transporte de produtos hortícolas e está programada a instalação, ao nível da estrada Bafatá/Bissau, para comercialização de produtos hortícolas junto de mulheres grossistas.</p>
<p>39. Devem ser criadas condições para que a assessoria ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Guiné-Bissau obtenha melhores resultados. Já foi realizado algum trabalho</p>	IPAD/CGI MADRP	Aceite.	<p>Conseguiu-se a designação de uma equipa de técnicos do MADR para coordenação conjunta e apoio ao acompanhamento do PAIPA no terreno. Pretende-se reforçar a</p>	<p>Idem. Foi criado Gabinete do PAIPA/CP junto do MADR, que assegura atividades de assessoria do Ministério e responde a pedidos da Embaixada de Portugal no apoio e</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO	SEGUIMENTO
<p>neste sentido. Ainda neste âmbito, preparar técnicos guineenses capazes de assegurar a coordenação dos diversos trabalhos de campo e de gestão, tendo em vista a apropriação.</p>			<p>formação destes técnicos e desenvolver capacidades no MADR para a replicação da metodologia PAIPA, apoiada numa sistematização dos instrumentos do Projeto que possa resultar num kit “chave na mão” para o desenvolvimento rural.</p>	<p>orientação a investidores privados. Progressos na capacidade da equipa da Unidade de Missão PAIPA no MADR – está previsto programa de formação especializado destes técnicos pelo GPP do nosso Ministério da Agricultura, a implementar em 2012.</p>
	<p>Embaixada de Portugal em Bissau</p>	<p>Aceite</p>		<p>Já têm sido debatidas várias vezes as possibilidades e, presentemente estão já escolhidos técnicos guineenses de formação universitária para acompanharem o projeto na sua vertente de campo no primeiro e depois na própria coordenação, mas só a partir do ano em curso.</p>
<p>GUINÉ-BISSAU</p>				
<p>40. A Guiné-Bissau deve fortalecer a Direção-Geral de Cooperação para que esta possa promover e assegurar uma maior articulação entre todos os setores guineenses.</p>	<p>Governo guineense</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>41. O Estado guineense deve promover e assegurar um maior envolvimento no acompanhamento das intervenções da Cooperação Portuguesa, devendo assumir progressivamente, na medida do possível, alguns compromissos.</p>	<p>Governo guineense</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>42. O Estado guineense deve assegurar a aprovação e publicitação tão rápida quanto possível de toda a legislação produzida.</p>	<p>Governo guineense</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

Anexo 2C - FICHA DE SEGUIMENTO - AVALIAÇÃO DA COOPERAÇÃO NO SETOR DA JUSTIÇA

Março, 2012

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
<p>1. Deve ser consolidada uma perspetiva que reconheça a justiça enquanto uma realidade sistémica fundamental para a criação de ciclos virtuosos com impacto na boa governação na participação e na democracia. Neste sentido, deve ser reconhecido a justiça deve ser vista como um sistema e não como um conjunto de instituições, o que exige o reforço das ligações e a melhoria da coordenação entre vários atores, incluindo a sociedade civil.</p>	IPAD	Aceite	Promover a coordenação e as sinergias entre os PPA da área da Justiça com os de outros setores tais como Administração Interna.	<p>Necessidade coordenação é tida em conta na preparação e aprovação PPA.</p> <p>Por exemplo no caso de Moçambique existe coordenação entre as atividades/ações do PASJ e o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Ministério do Interior, em particular em áreas tais como os Registos e Notariado (Identificação Civil) e Investigação Criminal.</p> <p>No caso da GB a Justiça tem sido cada vez mais abordada como setor, no sentido da integração sistémica: e.g. assistência técnica e formação à polícia de investigação criminal, a montante do sistema; à administração prisional, a jusante; e formação dos operadores fundamentais, os magistrados e Oficiais de Justiça. Realizaram-se também, já atividades conjuntas com a Cooperação Técnico Policial, para formação de chefias na Polícia Judiciária, GN e POP; com a Faculdade de Direito Bissau, para formação de Oficiais de</p>

¹⁰ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

¹¹ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

¹² No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

¹³ Nas recomendações aceites, explicar o que foi feito para as implementar.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
	Ministério da Justiça	Aceite	<p>Não obstante a perspetiva do MJ ser a de reconhecer a Justiça como um Sistema e não apenas como um conjunto de Instituições, reconhece-se que há que melhorar a forma como a cooperação tem vindo a atuar sobre a melhoria da coordenação entre vários atores na área da Justiça, incluindo a sociedade civil.</p> <p>Neste âmbito, encontra-se planeado já para 2011 uma ação com os parceiros, tendente a efetuar uma avaliação/balanço dos projetos de cooperação desenvolvidos, estando ainda em curso uma reflexão sobre qual a melhor forma de trabalhar com a sociedade civil, sem descurar a área governamental como o <i>core business</i> da cooperação.</p>	<p>Justiça e Procuradores.</p> <p>Para 2012, encontra-se previsto o estabelecimento de contactos com organizações da sociedade civil visando um conhecimento mútuo ao nível de projetos desenvolvidos e a identificação de eventuais sinergias.</p>
<p>2. Deve ser empreendida uma articulação mais fundada e consistente entre a cooperação na área da justiça e os Objetivos do Milénio. Neste contexto, deverá ser dada prioridade às necessidades dos grupos mais vulneráveis e marginalizados, aumentando o seu acesso ao direito e à justiça, enfrentando situações de discriminação, pobreza, vulnerabilidade e</p>	IPAD	Aceite.	Promover (e aplicar) uma integração sistemática dos princípios CEDAW nos PPA.	<p>Esta articulação é tida em conta na preparação e aprovação PPA, apesar de se considerar que um trabalho de aprofundamento tem de ser feito.</p> <p>Não obstante dão-se como exemplo que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Um nº importante de mulheres é já beneficiário de formação, realçando-se contudo que a indicação dos formandos

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
<p>marginalização, especialmente para o caso dos direitos das mulheres. Em particular, a cooperação que engloba o setor da justiça deve mobilizar-se para integrar nos seus desígnios fundamentais a erradicação da pobreza extrema (ODM1) a promoção da igualdade de género (OD3).</p>				<p>que participam nas ações compete aos parceiros.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em 2011 o PASJ-M integrou uma formação para desembargadores e assessores do Ministério Público nas áreas Penal e Civil que abrangeu Direito da Família e Direito da Criança, duas áreas do Direito que as autoridades moçambicanas pretendem ver reforçadas. - A orientação prioritária do Programa Justiça na GB tem sido a criação de instituições capazes de combater e dissuadir o crime, principalmente o tráfico de droga, e criar condições contextuais de segurança para o desenvolvimento, o que contribui para o ODM 1. Certas reformas iniciadas, como a revisão dos Códigos Civil e Penal, contribuem ainda para o ODM 3.
	Ministério da Justiça	Rejeitada.	<p>Tendo presente os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e respetivas metas, não se afigura que possa competir à cooperação na área da Justiça contribuir, diretamente, para a redução da pobreza extrema, para a promoção da igualdade de género ou para qualquer um dos outros ODM.</p> <p>No entanto, tendo presente que o objetivo da cooperação na área da Justiça é o de reforçar a capacidade</p>	Sem alteração

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
			<p>de atuação dos congéneres, contribuindo para a consolidação do Estado de Direito e para a Boa Governação, cremos que a cooperação neste âmbito influi, indireta e positivamente para a criação de um sistema propiciador aos Objetivos dos ODM.</p> <p>Na realidade, pela importância que o Estado de Direito e o acesso à Justiça assumem como basilares à Boa Governação e à efetivação de Direitos, Liberdades e garantias, julgamos que mereceriam um ODM independente e complementar aos demais.</p>	
<p>3. A cooperação no setor da justiça deve ser entendida como um instrumento de transformação social pela capacitação dos setores vulneráveis da sociedade.</p>	<p>Ministério da Justiça</p>	<p>Rejeitada</p>	<p>Não obstante a importância que se atribui à capacitação dos setores vulneráveis da sociedade, a cooperação na área da Justiça não deve ser entendida como um instrumentos de transformação social, mas sim como um instrumento de capacitação institucional/ organizacional e de desenvolvimento de capacidades dos recursos humanos que integram o sistema da Justiça, assim contribuindo para um sistema mais eficiente e mais próximo do cidadão.</p>	<p>Sem alteração</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
<p>4. A cooperação no setor da justiça deve nutrir-se de (e ser nutrida por) uma perspetiva crítica em que a criação de condições para o crescimento económico seja também a criação de condições para confrontar a desigualdade social. Nesse sentido, importa identificar quem são os reais beneficiários dos projetos de cooperação no setor da justiça.</p>	<p>Ministério da Justiça</p>	<p>Rejeitada</p>	<p>Sem deixar de concordar com a perspetiva de que a criação de condições para o crescimento económico deverá comportar a diminuição de desigualdades sociais, não se afigura competir à cooperação na área da Justiça atuar neste âmbito. No entanto, acredita-se que ao reforçar a capacidade das instituições que integram o sistema de Justiça – beneficiários diretos da cooperação - para atuarem de forma mais eficiente, se esteja a promover a qualidade da Justiça prestada aos cidadãos, constituindo estes, os beneficiários últimos da cooperação desenvolvida.</p>	<p>Sem alteração</p>
<p>5. Em detrimento de intervenções avulsas ou contingentes, Portugal deve privilegiar áreas estratégicas em que, de um modo consistente, consolide a capacidades e mais-valias capazes de beneficiar o sistema de justiça dos países parceiros. Deve ser melhorada a eficácia da ajuda, incluindo maior transparência da agenda de Portugal, assim como na flexibilização das respostas, respeitando as prioridades locais. Neste sentido, deverão ser evitadas situações de adoção de políticas generalistas, como por exemplo a exportação acrítica de soluções.</p>	<p>IPAD</p>	<p>Aceite</p>	<p>Os programas são negociados com os países parceiros e protocolados, dando resposta às solicitações concretas e prioridades estabelecidas.</p> <p>Este procedimento pode ser aprofundado tendo em conta o ponto 1. e uma aposta de participação do IPAD nas missões de diagnóstico e acompanhamento.</p> <p>Deve ainda ser reforçada a apresentação de TdR para cada ação.</p>	<p>O setor da Justiça integra os diferentes PIC, numa perspetiva de contributo para o reforço do estado de direito.</p> <p>Os programas concretos resultam da negociação com os países parceiros, numa lógica de resposta estratégica às suas prioridades.</p> <p>Por exemplo na GB, a atividade do Programa reparte-se nesta fase por cinco áreas que consideramos críticas e complementares: investigação criminal; formação de magistrados e de formadores de magistrados (no CENFOJ); sistema</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
				<p>penitenciário; reformas legislativas; proteção da identidade e da propriedade através dos serviços de Registos e Notariado. Em Moçambique tem vindo a apostar-se nas áreas da formação nomeadamente de magistrados, registos e notariado e investigação criminal.</p> <p>Tem vindo a ser reforçada a necessidade de serem elaborados termos de referência para todas as ações. Neste entendimento, o conteúdo programático de cada ação é já elaborado em muitos casos tendo em conta os contributos/solicitações dos departamentos dos parceiros que são diretamente envolvidos.</p> <p>Entende-se que a realização em missões de acompanhamento e de diagnóstico, e participação do IPAD nas mesmas, é um fator fundamental para melhorar a eficácia da ajuda deve ser promovido e assegurado.</p>
	Ministério da Justiça	Rejeitada	<p>Exceto em casos pontuais de atuação em áreas em que não existe coincidência de tutela, a cooperação na área da Justiça não tem sido avulsa, mas sim centrada no desenvolvimento de capacidades.</p> <p>As ações de cooperação desenvolvidas resultam de respostas a solicitações dos parceiros e visaram responder a necessidades</p>	

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
			identificadas por estes como prioritárias em diferentes documentos estratégicos.	
<p>6. O fenómeno da corrupção constitui um dos principais constrangimentos ao bom funcionamento das instituições públicas vocacionadas para a proteção dos direitos e garantia do acesso à justiça e ao afastamento entre os cidadãos das mesmas. A corrupção no setor da justiça afeta diretamente as populações mais pobres. Neste sentido, a corrupção é um obstáculo que importa remover de forma a ampliar o acesso à justiça e a garantir os direitos dos cidadãos. Devem ser apoiados projetos conducentes à revisão de legislação anticorrupção a nível dos países parceiros, procurando harmonizá-la em função dos diplomas legais internacionais anticorrupção ratificados por esses países.</p>	Ministério da Justiça	Aceite	<p>Interpretamos esta recomendação no sentido de ser necessário o reforço ou consolidação desta linha de atuação. Só nesta medida se aceita a recomendação. Uma vez que o apoio a projetos conducentes à revisão de legislação anticorrupção e à sua harmonização em função dos diplomas legais internacionais anticorrupção ratificados por esses países tem sido uma realidade no quadro da cooperação na área da Justiça.</p> <p>Para além do apoio à revisão de legislação, tem sido ministrada formação incidindo sobre esta área e atividades conexas.</p>	<p>Refira-se ainda a este propósito que, para o futuro próximo, a cooperação na área da Justiça continuará a privilegiar esta área, como o atesta a colaboração que tem vindo a desenvolver com o IPAD, no quadro do PIR PALOP, para o desenvolvimento de ações futuras no âmbito da luta anticorrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada.</p>
<p>7. Deve ser feita uma aturada análise da complementaridade da cooperação portuguesa entre a lógica bilateral e multilateral. Na ação encetada em instância multilaterais Portugal deve ter um papel ativo que traduza o seu conhecimento do terreno dos PALOP. Deve, igualmente, concertar a ação bilateral de modo a evitar redundâncias com as organizações internacionais.</p>	IPAD	Aceite	<p>Sim, a articulação deve ser assegurada.</p> <p>Há já um procedimento de articulação na fase de análise e de acompanhamento dos projetos a integrar o Trust Fund PNUD e é assegurada a coordenação entre a intervenção na Justiça e o Projeto de Cooperação Delegada em Moçambique. É igualmente o caso da</p>	<p>Esta preocupação está presente na formulação das intervenções, sendo nossa convicção ser necessário continuar e reforçá-la e paralelamente apostar em parcerias.</p> <p>A tradução do conhecimento do terreno em contextos de coordenação entre parceiros e em contextos multilaterais é desejável, mas constrangimentos financeiros para participar em reuniões e, por outro lado, a</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
			<p>RGB e o Plano Operacional de Combate ao Narcotráfico da UNODC.</p>	<p>reduzida abrangência dos programas bilaterais são um constrangimento.</p> <p>O potencial desenvolvimento do projeto PALOP+TL de Reforço do Estado de Direito com verbas de 10ºFED, pelo IPAD, na modalidade de cooperação delegada poderá ser um momento importante na dinamização e visibilidade da cooperação no setor.</p> <p>No caso de Moçambique existe coordenação entre o PASJ e o Projeto MINT. Por outro lado, no contexto do trabalho de acompanhamento no âmbito do G-19, é feita uma concertação estratégica de ações, para evitar duplicação.</p> <p>Na GB tem sido melhorada a harmonização com os parceiros multilaterais, realizando-se algumas atividades em parceria com a UNODC, no âmbito da investigação criminal e sistema prisional.</p>
	Ministério da Justiça	Aceite	<p>Não obstante a cooperação na área da Justiça ter já vindo a desenvolver ações em parceria com outros doadores, sobretudo multilaterais, consideramos que, num futuro próximo, poderemos vir a melhorar no que respeita à complementaridade de ações.</p>	<p>A participação do Ministério da justiça – através da Direção Geral dos Serviços Prisionais – no projeto “GNBT34 – Reabilitação de Prisões Seleccionadas e Treinamento de Funcionários Penitenciários” da <i>United Nations Office on Drugs and Crime</i> (ONUDC), enquanto responsável pela componente formativa, é um bom exemplo da abertura existente para realizar ações de cooperação em parceria.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
<p>8. A Declaração de Paris sobre a Ajuda Efetiva, especialmente no que se refere aos temas da Gestão Financeira Pública e aos temas transversais sobre HIV/Sida e Género, deverá ser incorporada em todas as intervenções no setor da justiça. Esta avaliação permitiu identificar a frágil integração da temática do género e do HIV/Sida nos programas desenvolvidos no setor da justiça com cada um dos países parceiros. Os esforços têm sido fragmentários e não parecem ter tido grande impacto.</p>	<p>Ministério da Justiça</p>	<p>Rejeitada</p>	<p>Desde 2005 que as diretrizes e princípios emanados da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda têm sido respeitados pela cooperação na área da Justiça, nomeadamente no que respeita à apropriação, alinhamento, harmonização, gestão centrada nos resultados e prestação de contas.</p> <p>É precisamente por respeitar estes princípios que a cooperação na área da Justiça não impõe aos parceiros temas ou ações, antes procurando sensibilizá-los para a importância de questões transversais através da convivência, do exemplo (privilegiando frequentemente a utilização de formadoras femininas) e de ações de formação em que se procura sempre incluir a questão do respeito pelos direitos humanos e pela questão de género.</p>	<p>Sem alteração.</p>
<p>9. As reformas do setor da justiça devem ser perspectivadas a longo prazo, no sentido de apoiar os grupos mais pobres e vulneráveis dos países parceiros, o que contribui para o reforçar da democracia e da boa governação. Isto significa que mais esforços deverão ser desenvolvidos para que a ajuda ao desenvolvimento seja cada vez mais efetiva e apropriada localmente, fornecendo uma melhor</p>	<p>Ministério da Justiça</p>	<p>Aceite parcialmente</p>	<p>As reformas do setor da Justiça só podem ser perspectivadas a longo prazo e refletindo uma apropriação local. É isto que a cooperação na área da Justiça tem vindo a fazer, embora concordemos que poderemos vir a fazer ainda melhor.</p> <p>No entanto, uma vez mais, discordamos que a cooperação na</p>	<p>O ajustamento da cooperação da área da Justiça com os planos e programas plurianuais dos países parceiros manifesta esta preocupação.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
compreensão sobre as realidades africanas.			área da Justiça tenha que se centrar no apoio aos grupos mais pobres e vulneráveis dos países parceiros, continuando a privilegiar uma cooperação direcionada para o desenvolvimento de capacidades das instituições e seus recursos humanos.	
<p>10. O IPAD deve desenvolver um cabal papel de coordenação de molde a que a cooperação no setor da justiça corresponda a uma visão estratégica da ajuda portuguesa ao desenvolvimento.</p>	IPAD	Aceite.	Deverá ser assegurada uma maior participação na fase de formulação e acompanhamento dos PPA, conforme 5.	<p>O IPAD não participou na formulação dos PPA apresentados pela DGPI apesar de ter dado contributos para a sua versão final e ter feito uma análise do seu conteúdo estratégico, tendo presente a Visão Estratégica e também os compromissos internacionais.</p> <p>Uma participação ativa do IPAD, que tem vindo a ser promovida mas que exige maior trabalho de articulação e a alteração de lógicas de funcionamento, é tanto mais importante quanto esta é uma área crucial no contexto do desenvolvimento de capacidades, em particular nos países com maiores fragilidades institucionais. O setor da Justiça é um alvo chave dos programas de cooperação que visam contribuir para a capacitação e o reforço das instituições do Estado e a boa governação.</p> <p>O reforço dos momentos de planificação e de seguimento das intervenções, com a devida intervenção do IPAD e dos parceiros, são essenciais.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
<p>11. A comissão interministerial de cooperação, em que o IPAD ocupa a presidência, deve ser uma instância privilegiada para a definição estratégica da cooperação portuguesa. Do mesmo modo, deve ser um fórum privilegiado para que a visão estratégica para o setor da justiça concite os ministérios que mais decisivamente intervêm neste setor. Nesta perspetiva estratégica o papel do IPAD deverá reforçar-se como uma ação prioritária, permitindo avaliar em permanência a política de Portugal em cada país, em termos de promoção da justiça, democracia e boa governação. Poderão assim ser avaliadas o tipo e áreas de projetos a apoiar, dentro dos planos setoriais, assim como os objetivos e impactos políticos dessas atividades propostas.</p>	IPAD	?	Poderá passar pelo reforço das CIC temáticas.	
<p>12. O IPAD deve ser dotado com quadros com formação na área da justiça. Só desse modo a coordenação a ser encetada pelo IPAD poderá coordenar cabalmente o saber técnico dos ministérios com as visões estratégicas de cooperação e substanciar-se em cada país parceiro. Sempre que possível, deverão ser desenvolvidos esforços no sentido de ampliar os contactos e aprendizagens intra-setoriais, quer entre países, quer entre setores que lidam com diferentes temáticas (ex. Educação, Justiça, Género, Polícia, etc.).</p>	IPAD	?	A estrutura da CP assenta nas competências técnicas específicas dos ministérios setoriais. O que se ganharia em conhecimento característico da temática Justiça poderia perder-se em conhecimento das competências e serviços da AP bem assim como na área especializada do desenvolvimento.	

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
<p>13. Além da articulação com os ministérios mais candentes para a articulação na área da justiça (nomeadamente o Ministério da Justiça e o Ministério da Administração Interna), o IPAD deve fomentar o envolvimento de ONG (nacionais e dos países parceiros) através de uma melhor publicitação dos apoios disponíveis junto da sociedade civil. Seria uma forma de alargar o âmbito do setor da justiça para além das tradicionais áreas de soberania na relação entre Estados.</p>	IPAD	?	<p>A lógica presente na cooperação bilateral é a da relação institucional, não existindo propriamente uma abertura de candidaturas.</p> <p>Poderá eventualmente ser avaliada a intervenção de ONG nos casos de reforço da cidadania e/ou como parceiros em áreas muito específicas.</p>	<p>Nada a registar, mantendo-se até agora o enquadramento dado na “Explicação”.</p>
<p>14. A definição estratégica do IPAD para o setor da justiça deve ter uma duração de 5 anos de modo a evitar a contingência que muitas vezes resulta da alteração nos detentores dos cargos mais cruciais.</p>	IPAD	Não aceite.	<p>A lógica presente na cooperação bilateral é a da relação institucional e a programação baseada nos PIC.</p>	
<p>15. A articulação com as embaixadas dos países africanos de expressão portuguesa (PALOP) deve ser uma constante, no sentido de capitalizar os meios e o conhecimento de terreno destas instâncias.</p>	IPAD	Aceite.	<p>P. ex. convidando-as a estar presentes em reuniões de seguimento.</p>	<p>As Embaixadas de PT são normalmente envolvidas nas reuniões que se registam no terreno, o que acontece no caso de Moçambique e da GB, onde os programas têm tido maior dinâmica.</p> <p>As Embaixadas têm ainda um papel relevante de apoio logístico.</p> <p>Regista-se a propósito que no caso da GB sem o envolvimento dos Serviços da Cooperação em Bissau que têm assegurado a identificação de necessidades prioritárias e comunicação eficaz com os parceiros nacionais e de desenvolvimento no setor, não teria sido possível, por exemplo, desenvolver parcerias técnicas e aproveitar</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
	Embaixadas	-	-	complementaridades com a UNODC. No caso de Cabo Verde, os contactos sobre este projeto são feitos exclusivamente com a Embaixada de Portugal em Praia.
<p>16. O IPAD deverá desenvolver a figura de “oficial de programa” para os setores prioritários da cooperação em cada país. A presença deste tipo de funcionários permitirá uma maior exposição ao público e aos debates em torno das opções de financiamento, permitirá ainda reforçar a aprendizagem interdepartamental.</p>	IPAD	Não aceite.	A figura existe na lógica do PPA.	
<p>17. A mais-valia que resulta da partilha da língua e da história comum com os PALOP deve traduzir-se num conhecimento mais aturado das realidades específicas de cada país parceiro. Deve ser melhorado o conhecimento que os atores chave na conceção e execução de projetos detêm sobre as especificidades da realidade cultural, política e jurídica dos países que beneficiam da ajuda para o desenvolvimento.</p>	IPAD	Aceite.	Deve ser reforçada a adaptação às realidades locais e a lógica de desenvolvimento de capacidades. A obrigatoriedade de TdR na preparação das ações pode ser um utensílio importante neste propósito.	<p>Implementação sistemática da obrigatoriedade de TdR por ação, em uso no quadro da implementação dos PPA. Estes TdR devem ser o primeiro passo para assegurar a apropriação das ações e uma adequação das mesmas à realidade dos parceiros.</p> <p>O conteúdo programático das ações a realizar (TdR) é definido tendo em conta as necessidades identificadas pelos serviços homólogos.</p> <p>Princípios de desenvolvimento de capacidades nacionais têm sido integrados, por exemplo, no Programa GB (e.g. apoio ao CENFOJ ou parcerias com a FDB).</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
	Ministério da Justiça	Aceite parcialmente.	<p>Para além da partilha da língua e da história comum, é a partilha de uma matriz jurídica que traz à cooperação portuguesa na área da Justiça uma importante mais-valia sobre os demais parceiros.</p> <p>No âmbito da cooperação da área da Justiça as especificidades locais têm sido sempre tidas em consideração, havendo já um número considerável de peritos que têm conhecimentos aprofundados sobre as especificidades culturais, políticas e jurídicas dos nossos parceiros. Este conhecimento pode e deve ser alargado a todos os peritos.</p>	Ao longo de 2012, a DGPI irá procurar aprofundar e sistematizar o conhecimento destas especificidades, procurando atuar como transmissor desta informação para todos os peritos da área da Justiça envolvidos em projetos de cooperação.
18. A definição do plano estratégico e a definição de áreas privilegiadas para a cooperação no setor da justiça por parte de Portugal deve ter por base as necessidades identificadas como prioritárias pelos diferentes países parceiros.	IPAD	Não aceite.	São as autoridades dos parceiros que confirmam o PPA e assinam o respetivo Protocolo.	Ver “Explicação”.
	Ministério da Justiça	Aceite	Na área da Justiça este princípio tem sido cumprido escrupulosamente.	Sem alteração
19. A abordagem estratégica da cooperação portuguesa deverá estar centrada, e ter como objetivo, o apoio às prioridades nacionais em cada país, quer através das contribuições diretas feitas aos governos, quer de projetos que procuram responder a estratégias nacionais. A apropriação nacional deverá incluir apoio às reformas governamentais em curso que	IPAD	Aceite.	Corresponde à estratégia seguida. Pf ver 5.	Ver “Explicação”.
	Ministério da Justiça	Aceite.	Uma vez mais, e à exceção da participação de atores não-governamentais – que está a ser equacionada –, a cooperação na área	Sem alteração.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
envolvam direta ou indiretamente o setor da justiça, apoiando os atores nacionais na clarificação dos seus objetivos no setor da justiça e estabelecendo procedimentos que permitam a participação de atores de ONG.			da Justiça já se rege pelos princípios enunciados, reportando-se a prioridades elencadas pelos parceiros (apropriação) e a questões identificadas em documentos estratégicos dos países parceiros (alinhamento).	
20. Portugal deve ter um papel ativo no sentido de articular a sua ação no terreno com a atividade de outros doadores internacionais, igualmente envolvidos na ajuda ao desenvolvimento da justiça, democratização e promoção da boa governação. A construção de complementaridades em prol do país beneficiário implica não só que Portugal compareça nos fóruns onde os países doadores se articulam, mas que tenha igualmente um papel ativo na criação desses espaços de concertação.	IPAD	Aceite.	É feito e poderá ser reforçado. (PNUD; COM).	Preocupação presente no processo de planeamento e seguimento bilateral. No caso de Moçambique, Portugal participa no G-!9, sendo este um fórum privilegiado de concertação de políticas e programas dos doadores presentes no país. Tem ainda havido articulação com o trabalho desenvolvido pelo PNUD (TF Governação). Ver seguimento 7.
	Embaixadas		-	
21. Deve ser feito um esforço de articulação com as organizações da sociedade civil de modo a criar sinergias e a definir estratégias que melhor respondam às dinâmicas no terreno.	IPAD		No âmbito bilateral e sempre que são identificadas sinergias a articulação é promovida.	Nada a referir.
	Embaixadas		-	
22. Sendo a formação reiteradamente referida pelos parceiros como uma área de excelência da cooperação portuguesa, deveria ser feito um investimento dedicado nesta dimensão como um	IPAD	Aceite.	A formação é transversal aos PPA e a ideia de uma bolsa específica poderá ser uma ideia a merecer reflexão.	Ver "Explicação".

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
capital importante da cooperação portuguesa. De modo a conferir a liderança aos parceiros deveria ser equacionada a criação de uma bolsa de formadores com CV acessível <i>online</i> de modo a que os países parceiros pudessem definir os seus interesses prioritários.	Ministério da Justiça	Aceite parcialmente	<p>A formação tem sido a componente mais importante da cooperação na área da Justiça e é nossa intenção que continue a sê-lo. Mas aumentá-la significativamente não depende apenas da vontade, que existe, mas sobretudo da disponibilidade de recursos.</p> <p>No entanto, discordamos da criação de uma bolsa de formadores com CV <i>online</i>, uma vez que a cooperação desenvolvida é institucional e não deverá ser personalizada.</p>	Sem alteração.
23. Eventualmente, uma área a explorar de futuro seria a formação de formadores no setor da justiça, permitindo assim rentabilizar a matriz jurídica comum que une estes países, ao mesmo tempo que permitiria melhorar a eficácia e a sustentabilidade da ajuda ao setor da justiça.	IPAD		A avaliar.	A lógica da FF está já em curso na GB, através da assistência técnica e apoio à equipa do CENFOJ, e será reforçada no Programa de 2012.
	Ministério da Justiça	Aceite	A formação de formadores já foi efetuada em algumas áreas de países parceiros. Infelizmente, a realidade de alguns ainda não permite que a formação se centre nesta dimensão, mas queremos acreditar que, num futuro, a mesma poderá vir a ter uma maior expressão.	Para 2012 encontram-se planeadas mais ações de formação de formadores.
24. A cooperação não se deve restringir ao direito formal do Estado reconhecendo a importância central que os outros direitos (incluindo o dito direito tradicional) têm nalguns dos PALOP como instância de resolução de	Ministério da Justiça	Aceite	A cooperação na área da Justiça reconhece a importância que o pluralismo jurídico assume nalguns dos países parceiros. No entanto, ações a desenvolver nessa área	Sem alteração.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
conflitos.			encontram-se dependentes de as mesmas serem indicadas, pelos parceiros, como áreas a eleger no âmbito da cooperação. Caso contrário, não só não respeitaríamos o princípio da apropriação, como poderíamos estar a assumir uma posição de ingerência.	
<p>25. Os programas a desenvolver de futuro, no campo da justiça deverão ter em atenção os grupos vulneráveis presentes em cada país, promovendo medidas que permitam o seu acesso ao direito e à justiça. O enfoque nestas reformas deve acontecer com o apoio quer das faculdades de direito (muitas das quais possuem “clínicas legais”) quer de instituições da sociedade civil.</p>	IPAD		A avaliar.	<p>As áreas prioritárias de intervenção dos PPA na área da Justiça são identificadas pelos parceiros, e decorrem das suas prioridades e presença de outros doadores.</p> <p>Relativamente a esta recomendação, que é legítima, note-se que o PASJ em Moçambique tem abrangido áreas tais como o Direito da Família e o Direito da Criança, visando o reforço das instituições do sistema de Justiça que lidam com estas áreas, o que certamente irá contribuir para melhorar a inclusão de grupos vulneráveis.</p>
	Ministério da Justiça	Aceite	Aceite na medida em que se centre no acesso ao direito e à justiça, área que já tem sido objeto de cooperação e de tratamento no quadro da CMJCPLP.	Sem alteração.
<p>26. Deve ser equacionado um Observatório da Justiça para os PALOP como forma de se analisarem os desenvolvimentos deste setor e</p>	IPAD		Assunto poderá ter cabimento no quadro da CPLP.	Está em implementação no quadro CPLP

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
<p>como forma de se estudarem sinergias que tirem partido das dimensões em que há comunalidades e em que possa haver profícua troca de saberes.</p>	<p>Ministério da Justiça</p>		<p>Esta é uma recomendação que antes de ser aceite ou rejeitada, deverá ser discutida com os demais parceiros. Não obstante este estudo se ter centrado apenas nos PALOP, afigura-se que a eventual criação de um observatório com os objetivos descritos não deveria circunscrever-se apenas aos PALOP mas ser extensivo à totalidade dos países integrantes da CPLP. Tal projeto deve ser apreciado pela CMJCPLP.</p>	<p>Sem alteração.</p>
<p>27. Portugal deve definir prioridades em cada país com o objetivo de otimizar recursos a bem de uma transformação sistémica do setor da justiça de cada país. Deve ser evitada a pulverização de recursos tanto pela pouca sustentabilidade que essa dispersão implica, como pela importância de a imagem de Portugal ficar associada a ações concretas que venham a ser valorizadas e apropriadas pelos parceiros.</p>	<p>IPAD</p>		<p>Pf ver pontos 14. e 18.</p>	<p>As prioridades no setor da Justiça são definidas pelo país parceiro e depois articuladas com as mais-valias da Cooperação portuguesa.</p> <p>Dados os cada vez mais escassos recursos ao dispor da cooperação, será importante identificar e acordar áreas prioritárias de atuação.</p>
	<p>Ministério da Justiça</p>	<p>Aceite parcialmente</p>	<p>As prioridades definidas para cada país sempre resultaram de um trabalho conjunto com os parceiros. A questão a colocar não deve assentar na tónica da pulverização de recursos mas sim, na escassez de recursos existente que obriga a alguma exiguidade de atuação nas áreas identificadas como prioritárias.</p> <p>Até porque, como referido esta</p>	<p>Sem alteração.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
			avaliação, sendo a área da Justiça um sistema e não apenas um conjunto de instituições, a atuação sobre apenas alguns elementos do mesmo, em detrimento de outros, tende a causar desequilíbrios ou a acentuar desigualdades que poderão conduzir a efeitos perversos.	
<p>28. Deve ser feito um planeamento concertado de avaliações de modo a congregar recursos no período da avaliação (por exemplo, entre avaliação de PIC e avaliações setoriais).</p>	IPAD	Aceite	As avaliações já são planeadas, a 2-3 anos, de forma concertada, com base num processo de consulta dos diferentes atores. É tida em consideração a congregação de recursos entre avaliações, evitando sobreposições e promovendo complementaridades.	A metodologia de definição do Plano de avaliações mantém-se.
<p>29. As avaliações (intercalares e finais) devem ponderar não apenas os elementos quantitativos relativos à execução, mas também avaliar qualitativamente o impacto e sustentabilidade das políticas, auscultando para tal a opinião de vários atores no terreno.</p>	IPAD	Aceite	<p>A auscultação da opinião dos vários atores no terreno é uma prática presente em todas as avaliações.</p> <p>As dificuldades em avaliar o impacto prendem-se, na maior parte dos casos, com a ausência de informação de base (baseline) e de contrafactual que permitam analisar a atribuição ou, na melhor das hipóteses, a contribuição para o desenvolvimento do país parceiro.</p>	A situação mantém-se. Só será possível avançar-se de forma consistente para a avaliação de impacto quando as intervenções estiverem estruturadas, <i>a priori</i> , com informação que permita fazer a análise da atribuição.
<p>30. Os resultados das avaliações devem ser discutidos com os principais responsáveis pelo planeamento e execução dos projetos, de modo</p>	IPAD	Aceite	Os resultados (preliminares e finais) das avaliações são discutidos com os responsáveis pela implementação,	A situação mantém-se.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²	SEGUIMENTO ¹³
<p>a que as críticas e sugestões possam ter uma repercussão efetiva nas práticas da cooperação. Deverá ser encetado um diálogo mais ativo com outros doadores internacionais no sentido de aprender das lições por eles consolidadas e de modo a conhecer eventuais boas práticas que possam ter usufruto na cooperação portuguesa.</p>			<p>gestão e acompanhamento dos projetos.</p> <p>O diálogo com outros atores da cooperação internacional ocorre sobretudo durante a fase de trabalho de campo da avaliação, sendo realizadas reuniões com os parceiros presentes no país e, posteriormente, as avaliações são colocadas on-line no DReC da OCDE/CAD.</p>	
	Ministério da Justiça	Aceite	<p>Afigura-se importante que os resultados das avaliações sejam também discutidos com os países parceiros, uma vez que a atuação destes condiciona, em muito, o grau de sucesso ou insucesso de muitas ações/projetos.</p>	Sem alteração.
<p>31. O IPAD deverá desenvolver um trabalho que valorize a experiência histórica da cooperação portuguesa. Nesse sentido, além da identificação de bloqueios e formas menos funcionais de atuação, importa recolher exemplos de boas práticas no seio da cooperação portuguesa. A identificação de boas práticas que possam ser tidas como referência requer um aturado trabalho que fomente trocas entre os diferentes setores e departamentos que atuam na cooperação.</p>	IPAD		<p>Isto não deveria ter decorrido da avaliação?</p>	

FICHA DE SEGUIMENTO

AVALIAÇÃO CONJUNTA DO PIC DE ANGOLA (2007-2010)

Outubro 2012

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
PLANEAMENTO / PROGRAMAÇÃO				
1. O IPAD deve definir claramente as opções estratégicas relativamente à cooperação com Angola e dar essas instruções aos setores e à sociedade civil, nomeadamente às ONG. O reduzido volume da Cooperação Portuguesa face à dimensão deste país parceiro obriga a que se definam claramente as áreas de intervenção, as opções geográficas e os grupos-alvo, em colaboração com as autoridades angolanas.	IPAD (DSP)	Aceite	O IPAD deve manter um posicionamento estratégico da cooperação portuguesa com Angola, i.e. seleção das áreas onde sejam evidentes as suas mais-valias em consonância com as necessidades definidas nos documentos estratégicos de desenvolvimento pelo parceiro.	O IPAD/Camões, na elaboração do novo PIC manteve as áreas de intervenção prioritárias, apostando naquelas onde existe uma clara mais-valia da Cooperação Portuguesa.
	MAI (DGAI)		No que respeita à cooperação técnico-policial as áreas de intervenção os grupos-alvo, as opções geográficas, bem como os conteúdos são direta e anualmente definidos com os parceiros. Tendo em conta a partilha de custos entre os parceiros e a deslocação dos formandos até Luanda, os projetos atingem uma dimensão	-

¹⁴ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação.

¹⁵ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

¹⁶ No caso de aceitação dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

¹⁷ Explicar o que foi feito no último ano para implementar a recomendação.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
	Autoridades Angolanas	Aceite	considerável no que respeita o orçamento e abrange todo o território nacional. A cooperação portuguesa deve incentivar a cooperação/colaboração de ações de pesquisa científicas, nomeadamente entre as universidades dos dois países, local de eleição para essas atividades.	Concluiu ter havido uma execução positiva do programa de cooperação em algumas áreas.
2. Dentro do IPAD deve ser promovido um maior entrosamento entre os serviços na elaboração do PIC, de forma a um aprofundamento setorial.	IPAD (DSP)	Aceite	O IPAD deve privilegiar reuniões periódicas devendo constituir espaços de planeamento, conjugação e operacionalização de estratégias.	A circulação de informação entre as divisões deverá ser fortalecida, para que os serviços envolvidos na elaboração e acompanhamento dos PIC estejam representados em todas as reuniões com os parceiros.
3. A identificação do programa de cooperação deve ser feita em conjunto com as autoridades angolanas, o que significa partilhar também a informação sobre a definição de prioridades, a fixação de objetivos e de programas bem como do pacote financeiro e sua estrutura.	IPAD (DSP)	Aceite	Neste entendimento a formalização do Programa de Cooperação é feita a partir de uma combinação das prioridades estabelecidas para o desenvolvimento pelos Governos dos dois países, com os objetivos e as capacidades de resposta, financeiras e humanas, por parte da Cooperação Portuguesa.	O programa de cooperação foi elaborado nesse propósito por Portugal encontrando-se em poder das autoridades angolanas para a sua apreciação e análise.
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	A negociação do PIC já consubstancia esta metodologia, que poderá ser aprofundada.	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
	DGAI/MAI		No que respeita à cooperação técnico-policial a identificação do programa de cooperação é sempre definida conjuntamente com as autoridades angolanas, nomeadamente o que respeita as prioridades, os objetivos e o orçamento.	
4. No novo PIC deve ser feito um esforço no sentido de, dentro do possível, apostar em abordagens setoriais integradas.	IPAD (DSP)	Aceite	O novo PIC deverá contemplar programas integrados nos setores onde a aposta de cooperação mais se faz sentir em detrimento de um conjunto de ações isoladas.	O novo PIC procura evitar ações isoladas, promovendo que as intervenções vão ao encontro das prioridades estabelecidas pelas autoridades angolanas nos mais diversos setores.
5. Num contexto de recursos escassos, o IPAD deve apostar em cofinanciamentos e parcerias público-privadas que potenciem a apresentação de propostas a fundos internacionais (facilidade da água, energia, segurança alimentar) a subvenções, em áreas complementares e estratégicas para reforço da Cooperação Portuguesa. Promover a articulação da SOFID com Angola.	IPAD (DSP/CGI)	Aceite	<p>Potenciar processos de parceria pública/privada, a par do reforço da programação financeira plurianual.</p> <p>Deve ser salvaguardado o risco de ajuda ligada nas PPP, mas tendo em conta as restrições orçamentais o recurso a outras fontes de financiamento é com certeza uma alternativa. Realça-se que é uma aposta em curso já atualmente, sendo disso exemplo o Projeto CISA.</p> <p>Em 2006 o IPAD também participou num processo de constituição de parceria para o</p>	Tem sido mantida a parceria no desenvolvimento do projeto CISA. O CICL tem aprofundado o relacionamento com outros doadores, tanto com DEL/UE como a UNIDO com a qual “é desenvolvido o projeto “Introdução da Matéria de Entrepreneurship nos currícula escolares de Angola”.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
			financiamento do projeto de Abastecimento de Água às Povoações na Região do Kwanza Sul, com a DEL/UE, que não se concretizou por constrangimentos da parte angolana.	
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	Estes objetivos parecem poder vir a ser aprofundados no quadro de algumas reestruturações orgânicas em curso.	-
	DGAI/MAI	-	No que respeita a cooperação técnico-policial a aposta de financiamento de projetos deve ser a continuidade do financiamento dos projetos pelo IPAD, bem como a DGAI procurar outras fontes de financiamento externas.	-
	Autoridades Angolanas	-	AS PPP não têm sido uma boa experiência nos países que as promovem. Talvez deva ser revista a estratégia e formas de trabalho.	Possibilidade de inserção dos setores da indústria e a economia, visto que manifestaram o interesse em fazer parte do programa para os próximos anos.
6. O cluster não foi implementado. No quadro da preparação do próximo PIC deve ser discutido com as autoridades angolanas a relevância de inclusão de um instrumento de cooperação deste tipo.	IPAD (DSP)	Não aceite	Atendendo a que no anterior PIC não avançou a ideia de projeto cluster temático-geográfico, não irá ser proposto este instrumento no quadro do novo PIC.	Por decisão superior, na proposta de PIC apresentada às autoridades angolanas não foi incluído o Cluster. Aguarda-se reação por parte das autoridades angolanas.
	Embaixada de Portugal em	Reservas na aceitação	O contexto atual não parece muito favorável a este tipo de objetivos.	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
	Luanda			
	MIREX	-	-	-
IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO				
<p>7. Deve ser criado um sistema de informação sobre a execução e resultados das intervenções implementadas no quadro da cooperação com Angola, como parte integrante dos interesses estratégicos permanentes de ambos os países.</p>	IPAD (DSP/CGI)	Aceite	<p>O IPAD tem em vigor fichas de acompanhamento e encerramento dos projetos onde são avaliados os indicadores das intervenções.</p> <p>Já foi criado pela DSP um sistema de informação, partilhado entre os serviços do IPAD que atualiza ao momento a execução, uma vez que está linkado ao plano tesouraria. Este processo pode ser aprofundado e melhorado.</p>	<p>Até ao momento não foi possível implementar um sistema de acompanhamento organizado com a definição de indicadores e metas. Para se avançar nesta recomendação será necessário criar um grupo de trabalho, representado pelos diversos serviços do Camões, I.P., cuja função será a de elaborar uma matriz de intervenção que contenha pontos de partida, indicadores e metas possibilitando, dessa forma, fornecer informações válidas para as avaliações.</p> <p>Processo de acompanhamento em utilização</p> <p>São partilhados com os parceiros angolanos os resultados alcançados tanto às autoridades angolanas como aos parceiros nacionais</p> <p>Nos projetos em curso o acompanhamento das ações e</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
	DGAI/MAI	-	No que respeita a cooperação técnico-policial já existem sistemas de acompanhamento contínuo: 1. Elaboração de relatório pelos formadores de cada ação; 2. Relatórios semestral e anual dos projetos de cada país dos PALOP; 3. Relatórios periódicos elaborados pelos Oficiais de Ligação do MAI. Todos os relatórios são remetidos ao IPAD, assegurando-se, assim, a identificação dos resultados das intervenções no quadro da cooperação técnico-policial.	partilhada e no caso do CISA existiu mesmo uma CAE que agora foi substituída por um CI. -
8. Deve ser reforçado o diálogo e a articulação entre as duas unidades orgânicas responsáveis pelo acompanhamento do PIC.	IPAD (DSP/CGI)	Aceite	Está implementado um sistema de partilha de informação mas o trabalho conjunto e complementar pode ser melhorado. O IPAD deve promover reuniões de carácter periódico entre as unidades orgânicas, responsáveis pelo acompanhamento e execução do PIC.	Os documentos que existem em sistemas partilhados são permanentemente atualizados O diálogo e a circulação de informação entre as divisões deverão ser fortalecidos, para que os serviços envolvidos na elaboração e acompanhamento dos PIC estejam representados em todas as reuniões.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
<p>9. No quadro do novo PIC, todos os projetos devem ter indicadores de resultados, definidos antes da sua aprovação pelo IPAD, que permitam uma gestão centrada nos resultados.</p>	Ministérios Setoriais	MFAP: Aceite	-	À semelhança do PICATFin 2007/2011, do próximo PICATFin irão constar indicadores de resultados aquando da sua elaboração.
	IPAD (CGI)	Aceite	<p>Nas intervenções cofinanciadas pelo IPAD já existe a definição de Indicadores para as intervenções que são de reporte obrigatório, em sede de Protocolos, para cada intervenção.</p> <p>É um sistema que pode ser melhorado/aprofundado.</p>	Os projetos aprovados têm definição de indicadores.
<p>10. A área da cooperação junto da Embaixada portuguesa deve ser reforçada em termos de recursos humanos, de forma a garantir um eficaz e sistemático acompanhamento das intervenções da cooperação.</p>	IPAD	-	-	-
	Embaixada Portugal Luanda	de em Aceite	As dificuldades conjunturais obrigam, certamente, ao adiamento deste objetivo.	-
	DGAI/MAI	-	No que respeita a cooperação técnico-policial, o acompanhamento sistemático e eficaz das intervenções da cooperação está assegurada pela presença de Oficiais de Ligação do MAI junto das várias embaixadas.	-
<p>11. O site do IPAD deve ter informação disponível sobre o nível de implementação do PIC e resultados alcançados,</p>	IPAD	Aceite	A informação já está disponível e é regularmente atualizada.	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
<p>numa ótica de visibilidade e transparência. Deve igualmente incluir informação disponível sobre as áreas que já foram cofinanciadas, por país, no que diz respeito às ONGD.</p>	<p>Embaixada de Portugal em Luanda</p>	<p>Aceite</p>	<p>Revestiria grande interesse para a Embaixada dispor de informação atualizada, para conhecimento próprio e satisfação de pedidos de informação da parte angolana.</p>	<p>-</p>
	<p>IPAD (DASC)</p>	<p>Aceite</p>	<p>Assegurado que os conteúdos referentes a esta matéria constam do site.</p>	<p>-</p>
COORDENAÇÃO E COMPLEMENTARIDADE				
<p>12. Na elaboração do novo PIC devem ser fortalecidos os mecanismos de consulta e articulação entre todos os atores da Cooperação Portuguesa, incluindo as ONG e outros atores não estatais. O IPAD deve promover reuniões de coordenação/articulação com os diversos executores das intervenções, nomeadamente, na fase de preparação do PIC, no seu arranque e depois promover reuniões setoriais com uma periodicidade semestral ou anual, em função da realidade no terreno e das necessidades mais específicas de cada setor.</p>	<p>IPAD (DSP)</p>	<p>Aceite</p>	<p>Na fase de elaboração do PIC o IPAD poderá intensificar o seu papel de entidade coordenadora junto dos executores setoriais nacionais, quer estatais, quer da sociedade civil.</p>	<p>Uma maior articulação/ coordenação com os ministérios setoriais na fase de preparação do PIC poderá ser fomentada através dos mecanismos da CIC e do Fórum. Contudo, por decisão superior não foi convocada qualquer uma destas reuniões.</p> <p>Deverá ser fortalecido o diálogo e a coordenação entre os serviços do Camões, I.P. para que os serviços envolvidos na elaboração e acompanhamento dos PIC estejam representados em todas as reuniões com os parceiros.</p>
<p>13. O IPAD enquanto entidade coordenadora deve promover de forma mais regular reuniões de articulação</p>	<p>IPAD (Direção/DSP)</p>	<p>Aceite</p>	<p>O IPAD, enquanto entidade</p>	<p>Uma maior articulação/</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
(globais e/ou setoriais), traduzidas não só na partilha de informação mas, também, de reflexão estratégica e articulação, procurando potenciar sinergias entre todos os atores. As áreas da saúde e da educação sobressaem como aquelas onde devem ser fortalecidos os mecanismos de articulação e complementaridade entre todas as intervenções.			coordenadora, irá promover reuniões regulares (semestrais) com os vários intervenientes do PIC.	<p>coordenação poderá ser fomentada através dos mecanismos da CIC e do Fórum. Contudo, por decisão superior não foi convocada qualquer uma destas reuniões.</p> <p>Deverá ser fortalecido o diálogo e a coordenação entre os serviços do Camões, I.P. para que os serviços envolvidos na elaboração e acompanhamento dos PIC estejam representados em todas as reuniões com os parceiros.</p>
14. A Embaixada de Portugal em Luanda deve promover reuniões de coordenação, com uma periodicidade regular, sobretudo em termos setoriais e em áreas afins. Estas reuniões devem contar com a presença de todos os atores, incluindo os da sociedade civil, única forma de potenciar a complementaridade.	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	Aceite, na estrita medida dos escassos recursos disponíveis.	-
	Autoridades Angolanas	Aceite	Idem para a Embaixada de Angola em Lisboa.	-
	MAI (DGAI)	Aceite	No que respeita a cooperação técnico-policial a DGAI dá a sua absoluta concordância na pertinência de realizarem-se reuniões setoriais e de áreas afins, desde que esteja garantida a presença do Oficial de Ligação do MAI junto da Embaixada de Portugal em Luanda, por via das suas funções específicas neste âmbito e consignadas na respetiva	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
			carta de missão.	
15. A articulação com o MIREX deve ser reforçada não só através da Embaixada de Portugal em Luanda, mas, também, através do IPAD, partilhando sistematicamente toda a informação disponível ao nível da implementação das intervenções setoriais, como forma de minimizar os sintomas de descoordenação que ainda subsistem.	Embaixada de Portugal em Luanda	Parcialmente aceite.	A Embaixada deverá continuar a desempenhar o papel de interlocutor institucional do IPAD junto do MIREX e de outras instituições angolanas.	-
	Autoridades Angolanas	Aceite	Idem para a Embaixada de Angola em Lisboa	Mediante um calendário regular e sempre que necessário.
	IPAD (DSP)	Aceite	O processo de elaboração do PIC deve ser um processo conjunto, partilhado com as estruturas no terreno, tendo em vista uma efetiva coordenação da ajuda e consequentemente um acompanhamento da execução dos projetos de cooperação pelos dois Estados.	Na fase de elaboração do PIC verificou-se uma partilha de informação, quer com as autoridades angolanas via Embaixada de Angola em Lisboa, quer com os serviços da cooperação em Luanda. Partilha esta que deverá continuar no âmbito da execução do PIC.
16. As fichas de projeto, devidamente atualizadas, devem continuar a ser partilhadas com a Embaixada de Portugal em Luanda e com o MIREX.	IPAD (CGI)	Aceite	-	Em curso a execução da recomendação.
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	As fichas deverão ser partilhadas com a Embaixada, não apenas como caixa do correio, mas como ator ativo.	-
ÁREAS DE INTERVENÇÃO				
17. O reforço das capacidades institucionais deve constituir o principal foco do novo PIC, nomeadamente na	Ministérios setoriais	MFAP: Aceite	-	Este foi e continuará a ser o principal objetivo dos PICATFin.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
<p>área da Administração pública, onde Portugal tem claras mais-valias.</p>	<p>Autoridades Angolanas</p>	<p>Aceite</p>	<p>Há vantagens para a melhoria das competências e desempenho dos setores ministeriais.</p>	<p>Analisar a possibilidade de inserção do Ministério da Indústria, com vista a incluir projetos específicos direcionados a indústria transformadora e o Ministério da Economia, criado em 2011.</p>
	<p>Embaixada de Portugal em Luanda</p>	<p>Aceite</p>	<p>É inequívoco, consensual e pacífico o aprofundamento dessa incidência.</p>	<p>-</p>
	<p>IPAD (DSP)</p>	<p>Aceite</p>	<p>Deverão ser definidas em conjunto com os Ministérios setoriais e negociadas com as autoridades angolanas.</p>	<p>Na elaboração do novo PIC foi tido em conta, como área prioritária, o reforço institucional na área da Administração Pública – Finanças e segurança (policial e militar), onde claramente Portugal tem dado prova das suas mais-valias</p>
<p>18. Para aumentar a sustentabilidade na área das Finanças Públicas, é necessário que se dê assistência técnica no seguimento das ações de formação. Isto significa que se deve apostar futuramente na formação “on Job”, fomentando assim a consolidação dos conhecimentos adquiridos.</p>	<p>MFAP (GPEARl)</p>	<p>Aceite</p>		<p>Este será um propósito a assegurar no quadro da elaboração do próximo PICATFin.</p>
<p>19. Ainda no PICATFin, devem ser implementados inquéritos regulares em cada área de formação para facilitar a análise dos efeitos.</p>	<p>MFAP (GPEARl)</p>	<p>Rejeitada</p>	<p>São efetuados inquéritos regulares em cada área de formação com vista à análise dos efeitos.</p>	<p>No âmbito do desenho do próximo PICATFin manter-se-á esta prática.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
<p>20. No Saber Mais, um aspeto a não descurar é o da certificação da formação, o que irá provocar maior adesão dos professores em exercício.</p>	IPAD (CGI)	Aceite	É a assunto a ser trabalhado a nível político com as autoridades angolanas, pois é da exclusiva competência do MED.	Assunto não depende só do CICL, mas tem que ser trabalhado com as autoridades angolanas, o que está em curso.
	Saber Mais	Parcialmente aceite/rejeitada	<p>Esse aspeto compete exclusivamente às autoridades angolanas, uma vez que se trata da certificação dada pelo Ministério da Educação de Angola (qualquer outra - pelo Saber Mais, por exemplo - poderá ter dificuldades em obter reconhecimento oficial.</p> <p>Neste âmbito, o Governo angolano aprovou em Diário da República, de 26 de maio de 2011, o Decreto Presidencial n.º 109/11, que aprova o estatuto do Subsistema de Formação de Professores, que contempla as modalidades de formação inicial e contínua de professores do Ensino Primário e do Ensino Secundário. Falta contudo proceder à operacionalização desse diploma</p>	-
	Autoridades angolanas	Aceite	O Ministério da Educação trabalhará em conjunto com a coordenação do programa certificação da formação.	O Ministério da Educação está a trabalhar na regulamentação da formação contínua. No entanto, as Escolas de Formação de Professores podem emitir uma

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
				declaração de participação aos professores em exercício.
<p>21. A articulação com os governos provinciais e o seu envolvimento no projeto Saber Mais devem ser fortalecidos no futuro.</p>	IPAD (CGI)	Parcialmente aceite	Esta articulação e envolvimento já existem, nomeadamente nas províncias onde o projeto tem neste momento presença (Namibe e Benguela) sendo que realçar que são os Governos que identificam/aceitam a presença do projeto, definem escolas e assumem encargos de alojamento dos professores.	Esta articulação é permanente e excelente.
	Saber Mais	Rejeitada	Os governos provinciais têm prestado ao Saber Mais desde o seu início um apoio significativo no que respeita às respetivas obrigações de carácter logístico, nomeadamente em matéria disponibilização de alojamento adequado. Naturalmente que existem aspetos a melhorar, sobretudo na província do Namibe mas a perceção desta Coordenação Geral é de que se trata de falta crónica de verbas e não de vontade de envolvimento. Para além do apoio logístico, que constitui uma obrigação dos	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
			Governos provinciais, as Direções Provinciais de Educação, que deles dependem diretamente, têm revelado um interesse igualmente significativo pelas atividades do Saber Mais, vontade e capacidade de diálogo com a CG e com as Coordenações Pedagógicas (ATP/CCP) e, sobretudo, um entendimento profundo das fragilidades do respetivo sistema de formação de professores e das potenciais mais-valias deste projeto.	
	Autoridades angolanas	Aceite	O Ministério da Educação continuará em estreita colaboração com os Governos Provinciais na criação de condições locais para os procedimentos do programa.	Dos contactos feitos com os Governos Provinciais, nota-se a habitual colaboração e recetividade que têm contribuído para o fortalecimento do programa.
22. No Saber Mais devem ser elaborados Planos de Ação para cada Polo provincial, com objetivos, metas e indicadores para cada um deles, para que se possa fazer um acompanhamento e avaliação numa ótica de resultados.	IPAD (CGI)	Parcialmente aceite	O projeto contempla uma lógica de atuação que é implementada em cada província sendo adaptada às necessidades de formação e realidade das escolas. Assim estes recomendados Planos de Ação têm de estar integrados no Plano de Ação Anual e contribuir para o mesmo e não serem completamente autónomos.	Desde o início que a ATP funciona com base em Planos de Ação anuais (PA) (1ª é de 2010). Não existem PA por províncias, mas numa lógica integrada que se reflete nas metas e indicadores, não obstante as disciplinas apoiadas em cada província decorrer de uma análise da situação de cada província

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
	Saber Mais	Aceite	Esse é um objetivo já delineado para o próximo ano letivo, a elaborar em conjunto com a ATP (ESE de Viana do Castelo)	-
	Autoridades Angolanas	Aceite	Esta ação permitirá maior controlo e acompanhamento do programa.	As Direções Provinciais de Educação e as Escolas de Formação de Professores foram sensibilizadas a trabalhar em conjunto com as equipas locais do programa, a fim de se elaborar e validar os planos de ação de cada polo provincial.
23. Na área do ensino superior deve ser promovida a articulação entre o Instituto Camões e os outros atores e projetos na área da língua portuguesa, para potenciar a coordenação e a promoção de sinergias.	IPAD (CGI)	Aceite	A desenvolver no futuro. A intervenção ao nível do ensino superior em Angola tem como objetivo reforçar as escolas e a lecionação em português e não do português. São na sua grande maioria intervenções ao nível dos cursos técnicos (engenharias, medicina, economia, direito) e ao nível da formação pós-graduada.	A desenvolver na sequência da criação do Camões.
	Embaixada de Portugal	Aceite	É consensual a necessidade de aproveitamento de sinergias. O contexto atual de dificuldades financeiras reforça essa necessidade.	
	Instituto Camões	Aceite	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
	Autoridades Angolanas	Aceite	Incluindo Universidades angolanas.	-
<p>24. Nas bolsas internas, deve ser agilizado um mecanismo de articulação entre o INABE e a Embaixada de Portugal em Luanda, que permita ultrapassar os constrangimentos detetados e Angola aproveitar o contingente de vagas. Por outro lado, deve-se equacionar apoio técnico ao INABE, no sentido de serem ultrapassados os constrangimentos.</p>	Embaixada de Portugal em Luanda	Parcialmente aceite	A experiência dos últimos anos têm sido muito negativa no que diz respeito ao envolvimento do INABE no processo de renovação de bolsas internas sobrecarregando a Embaixada com o trabalho da sua competência. Apesar da boa vontade do INABE, não há expectativas em relação à alteração desta realidade. As maiores dificuldades do INABE prendem-se com a insuficiência de recursos humanos para dar resposta adequada a 3.000 bolsas internas, atribuídas pelo Governo angolano.	-
	INABE	-	-	-
<p>25. No CISA deve ser equacionada uma estratégia de atração de quadros angolanos, condição fundamental para garantir a sua sustentabilidade.</p>	Fundação Calouste Gulbenkian	Não Aceite	Solicitamos a reformulação da recomendação "No CISA deve ser reforçada uma estratégia de atração de quadros angolanos, condição fundamental para garantir a sua sustentabilidade." A necessidade de atrair quadros Angolanos tem sido, desde o início, uma preocupação constante da entidade gestora do projeto CISA que enfrenta, para já, como	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
			<p>maior constrangimento a inexistência de alojamento no Caxito, tendo dado disso conta, por inúmeras vezes, às autoridades angolanas parceiras do projeto. As ofertas de posições são divulgadas em Angola, são oferecidos estágios a finalistas ou recém-licenciados angolanos (no CISA, e também em instituições de investigação no exterior), divulga-se o CISA em ações de formação e em Conferências e colóquios sobre Saúde em Angola e incentiva-se a participação de técnicos angolanos nos projetos de investigação. O CISA conta já com a colaboração de vários quadros superiores angolanos qualificados e uma equipa local de nível intermédio (inquiridores, supervisores, digitadores, ...).</p> <p>Reconhece-se, todavia, que a capacidade do CISA atrair quadros angolanos depende, para além das condições remuneratórias e da existência de alojamento no Caxito, (i) do estatuto jurídico e modelo de funcionamento do CISA; (ii) da definição de um estatuto da carreira científica.</p>	

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
	IPAD (CGI)	Aceite	<p>A atração de quadros angolanos, que tem sido procurada, passa também por condições remuneratórias e de alojamento que Angola ainda não conseguiu assegurar.</p> <p>A sustentabilidade do projeto tem sido procurada e uma das formas é a de assegurar uma participação ativa das autoridades, aos vários níveis, no projeto, nomeadamente na sua CAE.</p>	<p>No início de 2012 foi assegurada pela parte angolana a primeira tranche do cofinanciamento deste ano, permitindo reforçar condições.</p> <p>O desenvolvimento do sistema de SVD e também um meio de atrair investidores angolanos.</p>
	Autoridades angolanas	-	-	
<p>26. Na linha de cofinanciamento das ONGD, o IPAD deve equacionar a possibilidade de concursos com carácter plurianual, adotando o modelo da CE ou, no caso de impossibilidade de financiamento plurianual, simplificando a segunda candidatura/ reapresentação. Segundo a DASC, o enquadramento normativo de apoio às ONGD foi alterado em 2009, no sentido de tornar claros os procedimentos a seguir pelas organizações nos casos de projetos plurianuais, ficando assim, em princípio, aquela questão resolvida.</p>	IPAD (CGII/DASC)	Rejeitada	<p>O entendimento da DASC não era coincidente com a primeira parte da recomendação. No entanto, ainda antes da avaliação, procedeu-se a uma alteração do enquadramento normativo, que consagrou de forma expressa a possibilidade de apoio plurianual aos projetos destas Organizações.</p>	-
<p>27. Nas candidaturas a cofinanciamento das ONGD, deve ser reconsiderada a possibilidade de inclusão de verbas para fazer uma avaliação externa, nomeadamente nos de maior volume financeiro. Segundo a DASC, nesta data,</p>	IPAD (CGII/DASC)	Aceite	<p>A avaliação passou a ser considerada um custo direto do projeto, ainda antes da avaliação em apreço.</p>	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹⁴	ACEITE OU REJEITADA¹⁵	EXPLICAÇÃO¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO¹⁷
este assunto já está contemplado.	Autoridades angolanas	Aceite	Os projetos das ONG devem ser previamente aprovados pelas Autoridades dos dois países.	-
28. Dado que a carência de infraestruturas limita o desenvolvimento, o processo de apreciação das candidaturas das ONGD não deve ser tão restritivo em relação à elegibilidade destas despesas.	IPAD (CGII/DASC)	Rejeitada	O processo de apreciação das candidaturas das ONGD não é restritivo em relação às despesas com infraestruturas.	-
29. As autoridades angolanas e portuguesas devem equacionar formas de ultrapassar os constrangimentos associados à concessão de vistos no quadro das intervenções de cooperação para o desenvolvimento, com o objetivo de fortalecerem as relações mútuas que assumem primazia em termos estratégicos.	Embaixada de Portugal em Luanda		Foi assinado entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, em agosto último, um Acordo sobre vistos, cujo regime irá facilitar, substancialmente, a concessão de vistos em termos de tempo de obtenção e prazos de duração.	-
	Embaixada de Angola em Lisboa	Aceite	Peça fundamental para o desenvolvimento da cooperação.	Conforme o acordo de facilitação de visto que foi assinado em 2011, solicitando assim um maior engajamento da Comissão para melhor Divulgação e Avaliação dos Serviços para o melhoramento da concessão de vistos.
ANGOLA				
30. O CED deve procurar diversificar o leque de atividades, alargando a sua utilização a outras cooperações no domínio do ensino superior e a outros clientes para além da Administração pública angolana, nomeadamente o setor privado. Neste quadro, o IPAD poderia ter um papel	UAN/CED	Aceite	Insistimos que é altura de direcionar esta cooperação para as áreas da pesquisa científica e das novas tecnologias.	Foram realizados alguns cursos para técnicos profissionais de microfilmagem e digitalização direcionada ao Arquivo Nacional de Angola.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁴	ACEITE OU REJEITADA ¹⁵	EXPLICAÇÃO ¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO ¹⁷
dinizador de divulgação do CED junto das instituições portuguesas que têm projetos em Angola, incluindo as Universidades.				
31. Numa ótica de promoção da apropriação e da sustentabilidade, o MINARS deve gradualmente assumir responsabilidades no financiamento do novo ciclo de programação.	MINARS	Aceite	O MINARS compromete-se em engajar os Governos Provinciais das localidades onde estão a ser desenvolvidos os projetos, no sentido daqueles, dentro do programa de descentralização administrativa, preverem nos seus orçamentos verbas para o cofinanciamento dos projetos.	-
	Embaixada de Portugal	Aceite	É uma questão recorrente que terá, necessariamente, de registar uma evolução positiva no futuro próximo, face às dificuldades conjunturais.	-
32. Há necessidade de maior articulação entre o MINARS e os outros ministérios envolvidos no apoio sociocomunitário, criando programas setoriais: Ministério da Educação, que paga os professores, e Ministério da Saúde, que paga os profissionais de saúde, envolvidos na implementação deste programa.	MINARS	Aceite	O MINARS reitera imprimir maior articulação com os outros organismos envolvidos, como premissa fundamental para a implementação do programa.	-
	Embaixada de Portugal	Aceite	De difícil concretização, face à falta coordenação que ainda existe entre setores.	-
33. Definir o modelo institucional e legal para o CISA, aspeto central para a promoção da sua apropriação e sustentabilidade. Deve ser aprofundado o organigrama de funcionamento.	Min. Saúde	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹⁴	ACEITE OU REJEITADA¹⁵	EXPLICAÇÃO¹⁶ (Junho 2011)	SEGUIMENTO¹⁷
34. Angola deve promover e assegurar a articulação entre o MIREX e os outros setores angolanos.	MIREX Ministérios Setoriais	Aceite	-	-
35. O Estado angolano deve promover e assegurar um maior envolvimento no acompanhamento das intervenções da Cooperação Portuguesa.	MIREX	Aceite	Condição “ <i>sine qua non</i> ” para o êxito dos projetos.	Criação de um calendário regular de encontros.

Anexo 2C - FICHA DE SEGUIMENTO - Avaliação Conjunta do PIC de Timor-Leste (2007-2010)

Data: Setembro de 2012

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
<p>1. Na elaboração do novo PIC deverão ser fortalecidos os mecanismos de consulta e articulação entre todos os atores da Cooperação Portuguesa, incluindo as ONGD. O IPAD deverá promover reuniões de coordenação/articulação com os diversos executores das intervenções com uma periodicidade regular em função das necessidades específicas de Timor-Leste.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	O IPAD vai reforçar a realização periódica de reuniões com os ministérios setoriais e outros intervenientes com vista à recolha de contributos e informação.	<p>As reuniões que tiverem lugar entre o IPAD e os ministérios setoriais, ou outros intervenientes, tiveram sempre lugar ao nível da divisão de projetos (CGII-DAOP).</p> <p>O PIC 2011-2014 encontra-se em fase final de elaboração. O novo PIC foi elaborado de acordo com as linhas orientadoras do GSENEC, as quais introduziram profundas alterações ao modelo existente.</p>
<p>2. No IPAD deverá ser promovido um maior entrosamento entre os Serviços quer na elaboração do PIC, de forma a um aprofundamento setorial, quer durante o acompanhamento e reporte, para melhorar a eficácia e complementaridade das intervenções quer, ainda, para evitar eventuais lapsos de contabilização da APD.</p>	IPAD (DSP + CGII + AEM))	Aceite	O entrosamento entre os diversos serviços do IPAD deve passar pela realização de reuniões com a adequada periodicidade, a convocar pela DSP, que permitam uma regular troca de informações e evitem uma duplicação de tarefas.	<p>A circulação de informação entre as divisões deverá ser fortalecida, para que os serviços envolvidos na elaboração e acompanhamento dos PIC estejam representados em todas as reuniões com os parceiros.</p> <p>A integridade da APD tem estado assegurada na medida em que tem sido usada uma única fonte de informação para efeitos de reporte – Planos de Tesouraria.</p> <p>A reorganização interna do Instituto vai ao</p>

¹⁸ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

¹⁹ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

²⁰ No caso de aceitação dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

²¹ Explicar o que foi feito no último ano para implementar a recomendação.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
				encontro da recomendação efetuada, não sendo necessário aplicar as medidas preconizadas em julho de 2011 para a implementação da mesma.
<p>3. A programação do futuro PIC deverá ser feita em articulação com as autoridades timorenses partilhando, de igual modo, toda a informação sobre o “envelope” financeiro, a sua estrutura e execução.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	O IPAD vai identificar os pontos focais de ambos os lados para que a informação possa circular sem falhas.	O novo PIC está a ser elaborado em articulação com a Embaixada de Portugal em Díli e com as autoridades timorenses, tendo sido fornecido a ambas, atempadamente, informação relativa ao seu envelope financeiro, à sua estrutura e execução.
<p>4. O novo PIC deverá incluir todas as intervenções financiadas pela Cooperação Portuguesa, quer seja pela via bilateral quer multilateral, nomeadamente o apoio à UNMIT, à semelhança do que já acontece com outras contribuições multilaterais.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	<p>Os mecanismos de recolha de informação vão ser reforçados. Este esforço passa, entre outros, por uma maior dinamização das CIC e do Fórum da Cooperação para o desenvolvimento.</p> <p>O PIC deve incluir os dados referentes a tudo o que sejam contribuições da Cooperação Portuguesa, desde que se incluam nos eixos prioritários de intervenção.</p>	<p>O novo PIC inclui todas as intervenções financiadas pela Cooperação Portuguesa, pelas vias bilateral e multilateral, que se incluem nos eixos prioritários de intervenção, e que tenham sido comunicadas em tempo útil à entidade coordenadora.</p> <p>Sobre os PIC só foi realizada uma CIC na anterior legislatura.</p>
<p>5. Deverá ser criado um código de conduta, a ser assinado pelos agentes da cooperação (assessores nos ministérios e docentes). Os agentes da cooperação deverão receber formação prévia sobre a realidade timorense e sobre tétum, e orientações claras ao nível das funções que vão exercer, com o objetivo de uma melhor integração e desempenho das suas funções. Contudo, os TdR dos assessores</p>	IPAD (CGII)	Parcialmente aceite	<p>(i) Não existe código de conduta, contudo no clausulado dos contratos de agentes da cooperação (AC) encontram-se bem espelhados os direitos e deveres. Existindo em casos específicos cláusulas de confidencialidade.</p> <p>(ii) Todos os AC recebem informação prévia e no caso dos docentes recebem também formação, na qual se encontram</p>	<p>(i) A situação mantém-se.</p> <p>(ii) No PCLP o Instituto trabalhou em conjunto com a assessoria pedagógica e participava nas semanas de formação como interveniente em módulos sobre a estrutura da Cooperação Portuguesa, prioridades de atuação em Timor-Leste, informação sobre o Projeto e esclarecimentos sobre os seus direitos,</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
<p>devem ser suficientemente flexíveis, de modo a permitirem responder às solicitações das autoridades timorenses.</p>			<p>contempladas a abordagem do Tétum e da cultura de Timor-Leste.</p> <p>Existe contratualmente a obrigatoriedade de todos os AC aprenderem s aspetos básicos do tétum. Para o efeito são preparados módulos de formação ministrados em Díli.</p> <p>(iii) Os TDR dos assessores correspondem ao solicitado por Timor-Leste com a necessária flexibilidade, não podem contudo responder a solicitações avulsas que nada têm a ver com o objeto do seu contrato.</p>	<p>deveres e obrigações enquanto Agentes da Cooperação. NO PCLP eram abordadas as questões da língua, metodologia, competência comportamental e iniciação ao Tétum;</p> <p>No âmbito do PFICP, a formação foi ministrada pelas Universidades de Aveiro e Minho. Este Instituto não teve qualquer participação, nem conhecimento do seu conteúdo.</p> <p>No âmbito do PFIC desconhece-se se terá sido ministrada formação de Tétum em Díli.</p> <p>Ao nível do Ensino Superior, a seleção e contratação dos docentes é da responsabilidade da FUP, a qual ministra uma oficina preparatória aos docentes selecionados, desconhecendo-se se na mesma se ensinam os aspetos básicos do Tétum.</p> <p>Em alguns projetos previu-se e executou-se verba para cursos <i>ad hoc</i> de natureza intensiva.</p> <p>(iii) A situação mantém-se.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
<p>6. Definir uma política de comunicação que dê uma maior visibilidade à Cooperação Portuguesa no terreno.</p>	IPAD (ND)	Aceite	<p>Quando houver política de comunicação, as unidades orgânicas do IPAD procurarão que a mesma seja implementada.</p> <p>A implementação da política de comunicação deve ser efetuada em estreita colaboração com a nossa Embaixada, aproveitando o conhecimento dos técnicos no terreno.</p>	-
<p>7. O IPAD deverá assumir o papel de coordenador da Cooperação Portuguesa com Timor-Leste, dando indicações precisas sobre as prioridades estratégicas de intervenção e promovendo de forma mais regular reuniões quer da CIC, quer setoriais e/ou em áreas afins (educação, defesa e segurança, desenvolvimento rural, etc.), que incluam também a sociedade civil, procurando potenciar sinergias e complementaridades entre atores.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	<p>O IPAD vai continuar a assumir o seu papel legal de coordenador da cooperação portuguesa. Para tal vai intensificar os encontros e troca de informação entre todos os intervenientes.</p> <p>Os mecanismos de recolha de informação vão ser reforçados. Este esforço passa, entre outros, por uma maior dinamização das CIC e do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento.</p>	<p>O novo modelo de PIC, assim como as prioridades geográficas e setoriais de intervenção, foram apresentadas aos diversos Ministérios pelo próprio GSENEC tendo solicitado dos mesmos contributos para a elaboração do documento.</p> <p>Sobre os PIC só foi realizada uma CIC na anterior legislatura.</p>
<p>8. Deverá ser criado um sistema de acompanhamento organizado, com recolha de informação sobre a execução e resultados das intervenções implementadas no quadro da cooperação com Timor-Leste que permita uma gestão centrada nos resultados.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	<p>Vai ser criado um sistema de acompanhamento organizado, com a definição de indicadores e metas, envolvendo para o efeito todos os serviços relevantes.</p>	<p>Até ao momento não foi possível implementar um sistema de acompanhamento organizado com a definição de indicadores e metas. Para se avançar nesta recomendação será necessário criar um grupo de trabalho, representado pelos diversos serviços do Camões, IP, cuja função será a de elaborar uma matriz de intervenção que contenha pontos de partida, indicadores e metas</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
				possibilitando, dessa forma, fornecer informações válidas para as avaliações.
<p>9. Deverá ser promovida uma maior articulação entre o IPAD e a Embaixada de Portugal em Díli, melhorando o diálogo e a complementaridade, com vista a uma maior eficácia e coordenação da Cooperação Portuguesa.</p>	IPAD (DSP + CGII)	Aceite	<p>O IPAD vai continuar o esforço de articulação com a Embaixada de Portugal em Díli, nomeadamente através do envio semestral da informação disponível no IPAD sobre a Cooperação Portuguesa em Timor-Leste.</p> <p>Do mesmo modo, aguarda o envio de informação por parte da Embaixada portuguesa em Díli.</p>	<p>Deverá promover-se a criação de um sistema de comunicação mais eficaz entre a Embaixada de Portugal em Díli e os serviços do Camões, IP, com vista a uma transmissão rápida, eficaz e em tempo útil da informação.</p> <p>A articulação com a Embaixada de Portugal em Díli continua a revelar-se um aspeto a reforçar.</p> <p>Particularmente relevante é a situação dos TSC, contratados por este Instituto.</p>
	Embaixada de Portugal em Díli	Aceite	<p>Considera-se que a comunicação entre a Embaixada de Portugal em Díli e o IPAD tem garantido a transmissão de toda a informação relevante. Não obstante, a Embaixada de Portugal em Díli encontra-se disponível para considerar formas que esse Instituto considere pertinentes. Quanto às comunicações informais, independentemente da desejável agilidade processual que podem proporcionar, é necessário evitar curto-circuitos e quebras da hierarquia.</p>	
<p>10. A Embaixada de Portugal em Díli deverá promover reuniões de coordenação, com uma periodicidade regular, sobretudo em termos setoriais e em áreas afins. Estas reuniões</p>	Embaixada de Portugal em Díli	Rejeitada	<p>A Embaixada de Portugal promove regularmente e sempre que necessário, reuniões de coordenação setoriais, interna e externamente. Sem exclusões. É claro que as</p>	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
devem contar com a presença de todos os atores, incluindo os da sociedade civil, potenciando a complementaridade das ações.			reuniões exigem critério e a definição de prioridades.	
11. Na área da Administração Pública deverá ser equacionado o envolvimento do INA e o aproveitamento do CED, para estimular o ensino e a formação a distância de modo a potenciar os recursos existentes. Qualquer Projeto na área da Formação de RH deve ser preparado em conjunto com a CFP e o INAP, sendo o CED um dos veículos para concretizar o referido Projeto.	IPAD (CGII)	Aceite	<p>O conteúdo desta recomendação já foi implementado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ IPAD conjuntamente com o INA elaborou um documento de projeto que cobria o referido neste ponto envolvendo as entidades mencionadas. ▪ O projeto foi aprovado e o financiamento garantido. ▪ As autoridades de Timor-Leste com quem o mesmo tinha sido acordado inviabilizaram o projeto. 	A situação mantém-se.
	Autoridades timorenses	-	-	-
12. Na área da Cooperação Técnico-Militar deverá ser equacionada o reforço da língua portuguesa na formação dos militares timorenses, devendo ser feita de forma estruturada e uniformizada e não casuística.	MDN (DGPDN)	-	-	<p>O PCLP, a partir de 2012, foi substituído pelo Projeto de Formação Inicial e Contínua de professores.</p> <p>No âmbito deste projeto, a intervenção do MEC/SG traduziu-se, durante o ano de 2012, na operacionalização dos processos de mobilidade docente, de professores portugueses vinculados, para o exercício de funções em Timor-Leste.</p>
	MEC/(ex GEPE) SG	Aceite	No âmbito das competências do MEC, designadamente no quadro do PCLP, dever-se-á envidar esforços para o reforço da Língua Portuguesa na formação de militares timorenses, devendo promover-se a articulação entre os vários organismos envolvidos.	

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
				<p>No que se refere aos docentes contratados ao abrigo da Lei 13/2004, para o mesmo projeto, a SG é o interlocutor do MEC para os assuntos relacionados com os concursos nacionais de recrutamento de docentes, procedendo ainda à emissão de declarações para efeitos de instrução de processos de contagem de tempo de serviço.</p> <p>Quanto à formação em Língua Portuguesa destinada aos militares timorenses, esta SG desconhece os desenvolvimentos ocorridos neste âmbito.</p>
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>13. O apoio à língua portuguesa deverá constituir o principal objetivo do futuro PIC, não só através do PCLP mas, também, no apoio ao ensino superior e áreas afins como a comunicação social e a administração pública (nomeadamente o apoio ao setor da Justiça e ao Ministério da Educação).</p>	IPAD (DSP)	Aceite	O novo PIC terá como um dos Eixos prioritários de intervenção o apoio à língua portuguesa, mantendo-se o apoio aos setores referidos na Recomendação.	Por indicação do GSENEC, o novo PIC, que se encontra ainda em elaboração, estabelece como prioritárias a área da educação bem como as áreas afins aqui indicadas, a capacitação institucional e a comunicação social.
	Instituto Camões	Aceite	Dada a intervenção que o Instituto Camões (IC) tem tido no apoio ao ensino da língua portuguesa, considera o IC importante desenvolver, conjuntamente com o IPAD, mecanismos que, de forma articulada e integrada, visem a consolidação dessa intervenção na estratégia nacional de apoio	1) Apoio à Licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa do Departamento de Língua Portuguesa da Faculdade de Artes, Educação e Humanidades da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, traduzido num aumento significativo de alunos inscritos e de diplomados.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
			ao desenvolvimento em Timor Leste.	<p>2) Apoio à qualificação do corpo docente do Departamento de Língua Portuguesa da Faculdade de Artes, Educação e Humanidades da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, investindo na formação pós-graduada e aprofundando uma cultura de investigação.</p> <p>3) Apoio à elaboração e fixação de conteúdos pedagógicos (materiais didáticos bilíngues e dicionários)</p> <p>4) Apoio à formação inicial e contínua de professores em língua portuguesa</p> <p>As ações referidas em 1), 2) e 3) foram desenvolvidas entre o IC e o IPAD, no quadro do Projeto Mais Português.</p>
	MEC/(ex GEPE) SG	Aceite	No âmbito das competências do MEC, designadamente no quadro do PCLP, dever-se-á envidar esforços que o uso da Língua Portuguesa seja em Timor-Leste uma realidade, através do incentivo de projetos/ações a integrar no futuro PIC, nesta área de intervenção	<p>Em setembro de 2011 foram assinados com o Ministério da Educação de Timor-Leste dois Protocolos de Cooperação, na área do ensino não superior, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Protocolo para assistência técnica ao Ministério da Educação timorense; – Protocolo para a criação das “Escolas de Referência em Timor-Leste”. <p>No que se refere ao 1º protocolo está agendada para breve uma reunião com os vários serviços do MEC envolvidos na implementação do mesmo, para estudar</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
				<p>as formas de proceder à referida implementação.</p> <p>No que concerne ao 2º protocolo está previsto para o início de janeiro de 2013 a transição dos Polos Distritais da Escola Portuguesa de Díli para Escolas de Referência (ER) do Sistema Educativo timorense. Neste âmbito, a SG têm desenvolvido os procedimentos necessários para assegurar esta transição, nomeadamente no que se refere à constituição da equipa de coordenação e respetivo coordenador das referidas ER.</p> <p>Neste âmbito, este organismo tem, também, procedido à operacionalização dos processos de mobilidade docente, de professores portugueses vinculados, para o exercício de funções nas mencionadas escolas.</p>
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>14. No apoio ao STAE, sendo Portugal um dos principais doadores no quadro do Trust Fund do PNUD na área da Governação Democrática, a Cooperação Portuguesa deve ter um papel mais ativo na seleção das assessorias portuguesas.</p>	IPAD (CGII)	Parcialmente aceite	O STAE tem dois assessores financiados pelo IPAD. A seleção de assessores suportados pelo PNUD obedece a mecanismos concertados por este organismo e pelas autoridades de Timor-Leste, escapando às atribuições da CGII. Contudo, a Cooperação Portuguesa pode ter um papel mais ativo nessa seleção.	Atualmente encontram-se dois assessores portugueses em Timor-Leste, prevendo-se a contratação de um terceiro, identificado pelo STAE, aguardando-se parecer da Direção-Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
	MAI/DGAI	Rejeitada	<p>A DGAI atendendo às solicitações do STAE de missões de assessoria técnica, nunca com duração inferior a 3 meses, tem informado sempre aquele organismo que, do ponto de vista de recursos humanos não tem como realizar missões tão prolongadas, no entanto, tem sido demonstrada total disponibilidade para realização de missões mais curtas, bem como a ministrar ações de formação aos técnicos do STAE, em Portugal.</p> <p>Ainda sobre este ponto, está prevista desde 2008, uma ação de formação na área da sociologia eleitoral e apresentação de resultados eleitorais que por motivos alheios à DGAI ainda não se realizou.**</p>	<p>**Deslocou-se a Portugal e à DGAI uma missão oficial do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral de Timor-Leste (STAE) liderada por S. Exa. o Sr. Secretário de Estado da Reforma Administrativa, no âmbito da realização de uma ação de formação de quadros eleitorais que decorreu entre os dias 29 e 30 de maio de 2012.</p> <p>A Área da Administração Eleitoral da DGAI, satisfazendo um pedido do Sr. Diretor-Geral do STAE, ministrou a citada ação de formação a 5 quadros eleitorais timorenses, com especial enfoque no domínio da estrutura orgânica do órgão de administração eleitoral português, da conceção de estudos em sociologia eleitoral, no Sistema de Informação e Gestão do Recenseamento Eleitoral (SIGRE), enquanto instrumento de organização, manutenção e gestão do recenseamento eleitoral português e, finalmente, no domínio do escrutínio provisório que efetua a recolha e divulgação de resultados eleitorais no dia da eleição.</p>
	Autoridades timorenses	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
<p>15. Na contratação de assessorias, deverão ser evitados os recrutamentos <i>ad hoc</i> (p. e. PNUD/Justiça) devendo o IPAD enviar sempre uma “<i>short list</i>” para o ministério ou entidade que solicitou a assessoria, no sentido de adequar o perfil dos candidatos às necessidades solicitadas.</p>	IPAD (CGII)	Não aceite	<p>O recrutamento de assessorias para o PNUD é coordenado pelo PNUD e pelo Ministério da Justiça de Timor-Leste.</p> <p>O IPAD apenas paga os seguros. A responsabilidade pelos recrutamentos é do Ministério da Justiça português.</p> <p>No que diz respeito às contratações bilaterais decorrentes de processos de seleção da cooperação portuguesa, pode, desde que haja mais de um candidato, passar a enviar-se uma <i>short list</i> com os CV, para apreciação pelas autoridades timorenses.</p>	<p>Mantém-se a situação.</p> <p>Mantém-se a situação.</p>
	MJ/DGPJ	-	-	-
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>16. No setor da Justiça deve ser fortalecido o diálogo entre as autoridades portuguesas (Ministério da Justiça, IPAD e Embaixada) e o Ministério da Justiça timorense, para evitar falhas de comunicação. Devem ser revistas as condições contratuais e as condições de alojamento e de acessibilidade dos assessores portugueses.</p>	IPAD (DSP + CGII)	Parcialmente aceite	<p>O IPAD vai aumentar o número de reuniões setoriais para partilha de informação.</p> <p>Existe articulação institucional entre o Ministério da Justiça português e o IPAD, a qual pode ser fortalecida no futuro.</p> <p>As condições contratuais dos assessores portugueses do Ministério da Justiça de Timor-Leste são as decorrentes da aplicação da Lei 13/2004. O subsídio de alojamento é garantido. Não se encontra previsto</p>	<p>Têm vindo a ocorrer reuniões sectoriais regulares de coordenação entre este Instituto e o Ministério da Justiça, fundamentalmente devido à preparação e acompanhamento da execução do Programa da Justiça (Cooperação Delegada).</p> <p>Tem sido fortalecida a articulação entre este Instituto e o Ministério da Justiça.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
			automóvel.	A situação mantém-se.
	MJ/DGPJ	-	-	-
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>17. A Feira do Livro deverá manter-se como evento anual, pela sua relevância, visibilidade e efeitos na sociedade timorense, bem como a realização de novas iniciativas a desenvolver em parceria com outras entidades, criando sinergias e potenciando o impacto das ações.</p>	IPAD (CGII)	Parcialmente aceite	A realização de feiras do livro está dependente de dotação orçamental para o efeito. No passado esta dotação foi da responsabilidade do IPAD, não se excluindo no futuro que a mesma possa ser atribuída a outro organismo.	A realização da V Feira do Livro foi da responsabilidade do Instituto Camões, tendo o então IPAD cofinanciado o evento.
	MEC (ex GEPE) SG	Aceite	No âmbito das competências do MEC, deverão ser incentivadas novas iniciativas desta natureza, dada a escassez de obras e infraestruturas locais, a desenvolver em parceria com outras entidades, nomeadamente as que contribuam para a difusão da língua e cultura portuguesas.	<p>No quadro desta medida destaca-se a intervenção do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares em território timorense, no âmbito da qual foram distribuídas 216 Malas Ler+ por 34 escolas timorenses.</p> <p>Destaca-se ainda a participação ativa do Projeto “Escolas de Referência” na 2ª feira do livro de Baucau, em parceria com o Camões, bem como a iniciativa Ler + - 17 escolas filiais, 132 maletas Ler+, num total de 1522 livros de apoio ao currículo e acesso ao conhecimento visando explorar e estimular capacidades cognitivas, motoras, sensoriais e emocionais.</p>
	Instituto Camões	Aceite	Manter a Feira do Livro nas ações que o Instituto Camões, através do Centro Cultural,	Participação na Feira do Livro de Díli, no âmbito do Plano de Atividades Culturais

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
			tem vindo a desenvolver neste domínio.	<p>do CCP Díli (2008,2010). Disponibilização de publicações em língua portuguesa.</p> <p>Lançamento de livros de história e literatura timorense (História de Timor-Leste; Batalha das Lágrimas, Crónicas Timorenses)</p> <p>Lançamento e apresentação de livros infantis traduzidos para Tétum (Anjo de Timor, Príncipezinho, Fada Oriana).</p> <p>Realização de sessões de leitura de contos para crianças das diversas escolas primárias de Díli.</p> <p>Semana Cultural no decurso da Feira do Livro de Díli.</p>
<p>18. Dado o não aproveitamento do contingente de bolsas internas postas à disposição de Timor-Leste, este instrumento de ajuda deve ser revisto de forma a aumentar a sua eficácia.</p>	IPAD (CGI)	Rejeitada	O instrumento é o mesmo utilizado para os restantes países e que tem tido sucesso. O facto de não existirem bolsas internas em curso deve-se exclusivamente à falta de capacidade das autoridades timorenses/Embaixada de Portugal em apresentar atempadamente e em condições os processos de candidatura.	-
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>19. Na área do Ensino Superior o modelo de funcionamento e de financiamento deverá ser repensado. O apoio a este nível de ensino deverá ter subjacente a necessidade de</p>	IPAD (DSP + CGII)	Aceite	<p>O IPAD vai aumentar o número de reuniões setoriais para partilha de informação.</p> <p>Concorda-se com a realização de uma avaliação externa.</p>	<p>Não foram efetuadas as reuniões setoriais referidas.</p> <p>Com a nomeação de um novo Reitor da UNTL e com o aumento das</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹⁸	ACEITE OU REJEITADA¹⁹	EXPLICAÇÃO²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO²¹
sustentabilidade, a qual passa necessariamente pela apropriação do projeto pela UNTL. Este apoio deverá ser objeto, a médio prazo, de uma avaliação externa.				<p>disponibilidades financeiras para o Ensino Superior em TL, verificou-se uma crescente apropriação dos projetos em curso, bem como a elaboração de novos projetos, financiados em larga medida com fundos timorenses.</p> <p>No entanto, esta dinâmica não tem sido correspondida com a devida articulação entre este Instituto, os parceiros portugueses e a UNTL, com prejuízo para a complementaridade entre intervenções e para uma clara eficiente alocação dos recursos disponíveis. O mesmo poderá ser dito em relação às intervenções entre as diversas cooperações internacionais.</p> <p>Ao nível da sustentabilidade, não é para nós claro que a mesma esteja assegurada dada a evidente dificuldade da UNTL em prever e gerir as verbas necessárias ao desenvolvimento das intervenções em curso (por exemplo, o LIFAU, iniciativa promovida e suportada pelo Governo de Timor-Leste, com o apoio do Governo Português, para o apoio e coordenação das políticas relativas à promoção e difusão da língua portuguesa como língua de instrução na UNTL);</p> <p>Está prevista a realização de uma avaliação externa no final da vigência do Protocolo IPAD/FUP/UNTL, em 2013.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
	MEC (ex)GEPE SG	-	<i>Nota: Tendo em conta a recente reestruturação ministerial ocorrida, esta questão deverá ser analisada oportunamente com os departamentos do MEC com competências na área do Ensino Superior.</i>	=
	FUP	Aceite	O novo ciclo de cooperação para o setor do ensino superior reflete uma mudança de paradigma que tem subjacente as preocupações referidas na recomendação 19. O contrato programa para o triénio 2011-13 segue um modelo de financiamento bipartido, e centra-se em objetivos específicos de promoção da sustentabilidade da UNTL, através do apoio à criação e consolidação de órgãos e estruturas de gestão académico-científica, financeira e administrativa, bem como da capacitação dos seus quadros técnicos.	-
	Autoridades timorenses	-	-	-
20. Na área da Comunicação Social , o apoio deverá ter em atenção não só a RTTL (televisão e rádio), nomeadamente o reforço da “secção de portugueses”, mas, também, a formação de base dos jornalistas em língua portuguesa, em diálogo estreito com a UNTL, e com outros projetos na área da educação como é o caso do PCLP. O apoio português	IPAD (DSP + CGII)	Aceite	O IPAD vai aumentar o número de reuniões setoriais para partilha de informação. Já se encontra em prática o apoio referido o qual irá ser reforçado pela implementação de um projeto de cooperação delegada para os MEDIA.	Foram efetuadas diversas reuniões com o GMCS, mas no âmbito do Projeto de Cooperação Delegada na área de Comunicação Social. Relativamente ao Projeto Bilateral, é necessário aprofundar a articulação com o parceiro técnico nacional, a RTP, e com a RTTL, tendo em vista que o presente

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
<p>deve ter em atenção a necessidade de pensar os conteúdos (em quantidade e qualidade) da programação portuguesa, de modo a atrair audiências, nomeadamente as camadas mais jovens.</p>				<p>contrato-programa terminará no final de 2013 e por ser fundamental evitar contribuições dispersas para a cooperação neste setor dada a importância e o melindre do mesmo.</p> <p>O Projeto em Cooperação Delegada vai ao encontro de uma abordagem mais transversal do setor da Comunicação Social em Timor-Leste. Espera-se obter sinergias entre os projetos Bilateral e em Cooperação Delegada.</p> <p>Ao nível da Língua Portuguesa, encontram-se previstas diversas atividades de disseminação e aprofundamento da mesma em ambos os projetos, destacando-se: A criação de uma biblioteca especializada de Comunicação Social, em Língua Portuguesa, na UNTL; A formação em Língua Portuguesa de funcionários da RTTL; A tradução e a revisão de textos em Língua Portuguesa na secção de Língua Portuguesa da RTTL; a realização de conteúdos em Língua Portuguesa para difusão na TV e na Rádio públicas de Timor-Leste.</p>
	Instituto Camões	Aceite	<p>Dado que o Instituto Camões (IC) coopera com a UNTL não só na área da língua portuguesa como na área das ciências da educação, considera a IC poder vir a apoiar a formação (área da língua portuguesa) dos</p>	<p>Foram desenvolvidas ações pontuais junto dos profissionais de comunicação social através dos cursos extracurriculares do Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões na UNTL.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
			profissionais de comunicação social.	Mantém-se a presente recomendação que se deverá concretizar via cursos extracurriculares do CLP/IC.
	MEC (ex)GEPE SG	Aceite	No âmbito das competências do MEC, deverão ser estabelecidas sinergias com outros parceiros, nomeadamente com a Escola Portuguesa de Díli e respetivos Polos Distritais, tendo em conta o papel o papel por ela desempenhado no apoio à consolidação da língua portuguesa no país.	No âmbito do Projeto de Escolas de Referência em Timor-Leste está definido um plano de transição a partir de setembro de 2012 estando previsto o reforço das competências em Língua Portuguesa para estagiários entre os meses de setembro e dezembro de 2012. No que concerne à Comunicação Social há a destacar o envolvimento em iniciativas/parcerias socioculturais nomeadamente: programa nas rádios locais (Oecusse, Maliana e Gleno). Programa educativo, em negociação, na RTTL. Cinema para a comunidade em Same.
	Autoridades timorenses	-	-	-
21. Na área do Desenvolvimento Rural , deve ser promovida a apropriação do PADRTL por parte do MAP, bem como a complementaridade com o Cluster. A curto/médio prazo, deve ser realizada uma avaliação externa a este projeto.	IPAD (DSP + CGII)	Parcialmente aceite	Encontra-se em curso quer a apropriação quer a complementaridade (ver Recomendação 25). Concorda-se com a realização de uma avaliação externa.	Encontra-se em curso o <i>phasing out</i> deste projeto, prevendo-se que em 2013 a Cooperação Portuguesa termine o apoio bilateral, prevendo-se que as autoridades timorenses assumam parte das atividades executadas pelo PADRTL/PER em complementaridade com o RDP IV (Cooperação Delegada).

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
	Autoridades timorenses	-	-	Está prevista uma avaliação externa à intervenção portuguesa no setor do Desenvolvimento Rural.
22. O eventual apoio ao ex-ICS (transformado recentemente em Instituto Nacional de Saúde) deverá ser equacionada em diálogo com as autoridades timorenses, no âmbito do seu novo enquadramento legal.	IPAD (DSP + CGII)	Aceite	<p>O eventual apoio está condicionado à existência de verba e à hierarquização de prioridades no âmbito do novo PIC.</p> <p>Dados os atuais constrangimentos financeiros e as prioridades definidas pela cooperação portuguesa, o IPAD poderá não apoiar este projeto no quadro do próximo PIC.</p>	O Projeto não foi considerado prioritário pela Cooperação Portuguesa, pelo que não está contemplado no novo PIC 2011/2014.
	FCG	Aceite em parte	A intervenção na área da formação em saúde deve ser equacionada em conjunto com o apoio à formação inicial ministrada na Faculdade de Medicina e Ciências da Saúde, recentemente criada, e que herdou as competências do ICS nesta matéria. O apoio à formação, neste período transitório, terá que ser articulada com os Ministérios da Saúde e da Educação.	A FCG continua a apoiar a formação em saúde em Timor-Leste, nomeadamente ao nível da organização e planeamento dos cursos a lecionar ao nível da FMCS, através do projeto ForSa (que continua a contar com o apoio técnico das escolas parceiras portuguesas). Este apoio tem sido articulado com os Ministérios da Saúde e do Ensino Superior e UNTL.
	Autoridades timorenses	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
<p>23. O <i>Cluster</i>, após terminar a atual fase de implementação iniciada em abril de 2008, deverá proceder, em articulação com as autoridades timorenses, a uma atualização da estratégia enquanto instrumento inovador da Cooperação Portuguesa. Deverão também ser reforçados os mecanismos de acompanhamento de todas as suas Componentes de modo a permitir um controle de custos e ponderar a sua inserção no desenvolvimento local de Maubara bem como da articulação efetiva dos vários detentores de interesse (<i>stakeholders</i>).</p>	IPAD (DSP + CGII)	Aceite	<p>O conteúdo desta recomendação já está a ser implementado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Anualmente é realizada uma reunião do Concelho Estratégico na qual se efetua à atualização da estratégia previamente definida tendo em vista a introdução de mecanismos corretivos. ▪ Os mecanismos de acompanhamento são fortes, nomeadamente pela realização de duas auditorias anuais e uma de qualidade. O Cluster encontra-se certificado. ▪ Prevê-se, já para 2012, o financiamento por parte de Timor-Leste de parte da Atividade prevendo-se igualmente a passagem da totalidade da atividade projeto para Timor-Leste a partir de 2013. ▪ De realçar que o Cluster de Oecussi, replicação do Cluster Mós Bele, já é da total responsabilidade de Timor-Leste, do ponto de vista financeiro e de recursos humanos. 	<p>Mantém-se a situação.</p> <p>Mantém-se a situação.</p> <p>Financiamento assumido TL.</p> <p>Mantém-se a situação.</p>
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>24. Promover a coordenação e articulação entre os projetos do setor da Educação de modo a colmatar a necessidade de formação</p>	IPAD (DSP + CGII)	Parcialmente aceite	Dada a importância do setor da educação, o IPAD vai aumentar o número de reuniões, para partilha de informação e maior	As reuniões não se realizaram. As negociações para a preparação do PFIC foram conduzidas por negociação direta

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
de formadores em língua portuguesa e aumentar a eficiência e a complementaridades da Cooperação Portuguesa.			coordenação e articulação, envolvendo todos os atores deste setor.	<p>entre o GSENEC e as autoridades timorenses, bem como entre o GSENEC e as universidades envolvidas, as quais foram escolhidas diretamente pelo ministro da Educação de Timor-Leste para realizar o processo de seleção e formação dos docentes e para o acompanhamento científico-pedagógico. Não foram realizadas reuniões de coordenação e articulação com o Ministério da Educação.</p> <p>Ao nível do Ensino Superior, foram celebrados em 2011 diversos protocolos institucionais entre a UNTL e universidades portuguesas, a CRUP e a FUP sem que este Instituto fosse chamado a dar parecer sobre os mesmos.</p> <p>As situações descritas prejudicaram a desejada coordenação e articulação entre os projetos do setor da Educação.</p>
	Instituto Camões	Aceite	Ver comentário à Recomendação 20.	-
	MEC (ex)GEPE SG	Aceite	No âmbito das suas competências, o MEC mostra-se disponível para contribuir para a articulação entre os projetos desenvolvidos no setor da educação, nomeadamente no que se refere à potenciação da atuação da Escola Portuguesa de Díli e respetivos Polos Distritais, neste âmbito.	Confrontar o ponto nº 13
	Autoridades	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
	timorenses			
<p>25. Para garantir a sustentabilidade e apropriação, a coordenação das intervenções deverá ser conjunta, com assunção de crescentes responsabilidades pela parte timorense, e com estratégias de saída definidas. Este princípio deverá aplicar-se não só a todos os programas e projetos como também ao <i>Cluster</i>.</p>	IPAD (CGII)	Parcialmente aceite	<p>Existe uma preocupação no sistema de coordenação conjunto. Assim o PCLP já tinha na sua estrutura de coordenação um representante do ME de TL, o PADRTL e a sua programação faziam parte da Programação das Direções Distritais de Agricultura.</p> <p>Os quadros timorenses afetos ao PADRTL são assegurados pela parte timorense.</p> <p>O Coordenador do CED é timorense e o Cluster tem timorenses afetos, um dos quais irá liderar integralmente o Cluster de Oecussi, suportado financeiramente na totalidade por TL. Contudo poderá sempre melhorar-se.</p>	<p>Apesar de prevista na sua estrutura, a coordenação conjunta do PCLP não se verificou.</p> <p>O PCLP pretendeu dar continuidade ao implementado na segunda fase do PRLP, quando se optou pela mudança de estratégia com o objetivo de tornar o projeto sustentável. Ou seja, uma aposta clara em formar docentes, aumentar o número de formadores e diminuir o número de docentes portugueses no terreno, o que não verificou. Com o PFICP verifica-se o aumento de docentes portugueses em 2011. Apesar do PFICP assentar num novo paradigma de cooperação ao diminuir a nossa despesa duplicando o número de docentes face a 2011 e eliminando as despesas com o funcionamento local, seria desejável termos assistido a uma apropriação progressiva. O CICL passou da posição de financiador, promotor e executor para cofinanciador e coexecutor, sendo-lhe cometidas apenas funções de natureza administrativa.</p> <p>Não obstante se constatar maior apropriação pelas autoridades timorenses em termos financeiros, continua a</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁸	ACEITE OU REJEITADA ¹⁹	EXPLICAÇÃO ²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ²¹
				<p>verificar-se uma forte dependência de apoio técnico português ao nível da docência e da assessoria científico-pedagógica, a qual se justifica na ainda frágil qualificação dos docentes timorenses.</p> <p>A coordenação do PER atua em conjunto com o MAP TL, desenvolvendo alguns dos técnicos daquele ministério atividades planeados no âmbito do Programa, tais como acompanhamento e manutenção de fazendas, campos de demonstração e formação direcionada a agricultores de diversos distritos do país.</p> <p>Apesar de prevista anualmente, não temos evidência de que a Comissão Paritária se tenha realizado em 2011 e em 2012.</p> <p>Relativamente ao Cluster, foi assumido, em final de 2011, pelo Governo de Timor-Leste o cofinanciamento do Programa e a continuação do trabalho que permita que o Programa seja sustentável e possa ser replicado em Oecussi.</p>
	Autoridades timorenses	-	-	-
26. Para que o apoio à língua portuguesa, nas suas diversas valências, produza resultados e	Autoridades timorenses	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹⁸	ACEITE OU REJEITADA¹⁹	EXPLICAÇÃO²⁰ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO²¹
efeitos, deverão as autoridades timorenses assumir a língua portuguesa como língua de comunicação e trabalho.	MEC (ex-)GEPE SG	Aceite	No âmbito das suas competências, e no que respeita aos contactos com o seu homólogo timorense, o MEC deverá empenhar-se no sentido de que a língua portuguesa em Timor-Leste seja assumida como língua de comunicação e trabalho.	Confrontar ponto nº 13
27. O papel do MNE, enquanto coordenador entre os Ministérios setoriais timorenses e enquanto interlocutor com a Cooperação Portuguesa, deverá ser reforçado.	Autoridades timorenses	-	-	-
28. Tendo em consideração a sustentabilidade financeira dos programas e projetos de cooperação, Timor-Leste deverá assumir progressivamente a sua parte de responsabilidade pelo financiamento, gestão e acompanhamento das intervenções de desenvolvimento. Para o efeito deverá, nomeadamente, identificar/nomear coordenadores timorenses para cada projeto/intervenção.	Autoridades timorenses	-	-	-